

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

AFONSO WENNEKER ROVEDA

A MILITÂNCIA EM TEMPOS DE BIPODER:
PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS OCUPAÇÕES
UNIVERSITÁRIAS

Porto Alegre

2017

AFONSO WENNEKER ROVEDA

**A MILITÂNCIA EM TEMPOS DE BIPODER:
PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS OCUPAÇÕES
UNIVERSITÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Mainieri Paulon

Porto Alegre

2017

AFONSO WENNEKER ROVEDA

**A MILITÂNCIA EM TEMPOS DE BIPODER: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR
DAS OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Simone Mainieri Paulon – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Angélica Vier Munhoz
Universidade do Vale do Taquari - Univates

Prof. Dr. Édio Raniere da Silva
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Prof. Dr. Luis Artur Costa – UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre, 27 de outubro de 2017

Dedico esta dissertação aos meus pais, Iara e Adilar,

Com os quais costuro sonhos

Realizados em conjunto

Agradecimentos

Em um grito que diz “Oleka!” e “Eureka!”, “Perder” e “Encontrar”, agradeço pelas finas e fortes linhas que tornam possíveis nossas vidas e toda jornada que se inicia e encerra. Aqui encontramos e lembramos daqueles que nos acompanham e que seguirão conosco após o último traço de tinta desta dissertação.

Intervires, grupo de pesquisa e muita intervenção nesse corpo que se debate com cada passo que dá. Obrigado pela parceria e pela acolhida de todos. Que nossa tensão com o mundo continue sempre provocante, sempre inquietante, sempre certa e incerta.

Simone, minha orientadora, agradeço pela paciência e pela impaciência, por apostares nesse trabalho que não é matéria fácil para nenhum de nós. Agradeço pelos momentos que trouxeste esse “viajão” à terra, lembrando-o dos limites necessários para efetuar uma obra e uma vida. Agradeço pelos caminhos que tu trilhas para além da oficialidade da orientação, como militante inquieta, sagaz, que caminha por campos minados. Observo atento tuas finas diplomacias e tento com elas aprender.

À querida banca, me alegra muito encontrar quem dedique o próprio tempo para ouvir as palavras que ensaio, e que as critiquem sem as ouvir com indiferença. Raquel, te agradeço por rasgar meu corpo e fazê-lo mais sensível para que eu pudesse estar no mundo e na ocupação, guardo com zelo nosso encontro durante a banca de qualificação. Édio e Luis Artur, obrigado por rasgarem meu espírito, para que entre suas fendas eu pudesse respirar, ao invés de querer estabelecer uma costura perfeita que o fecharia para o mundo. Angélica, desde meus primeiros ensaios na Psicologia tu me acompanhas, muito te devo pelos espaços que tu abres e provocas em Lajeado, onde pude me inventar. Obrigado a todos por mais esse encontro.

Francis Londero, caro Francis. Tua leveza e tua audácia me inspiram. Tuas provocações me desconfortam. Agradeço-te muito por ter acompanhado de perto este trabalho, pelos puxões de orelha. Mas para além disso, te agradeço pela parceria e pela aposta. Agradeço pelo teu olhar e pela tua postura clínica com o cotidiano, mostrando que a Psicologia não se faz deitado em um divã, que ela corre solta pela rua.

Aos meus colegas de orientadora e intervenientes, Luís Felipe Parise e Willian Guimarães, na medida em que o mestrado avançava fui me convencendo de que os nossos trabalhos falavam de três facetas de algo que nos provoca no cotidiano: Militância, Solidão e Corpos Abjetos. Grato por compartilharem comigo esses anos e essa experiência.

À minha turma de mestrado do ano de 2015. Obrigado pela paciência, obrigado por terem compartilhado comigo esse espaço e enriquecido esse trajeto. É feliz ver os vossos projetos, as vossas ambições e as vossas angústias se desenvolvendo junto com a impaciência pelo mundo que atropela a vida.

Agradeço a todos funcionários da UFRGS com quem tive contato direto, indireto e que fazem possível a existência de alguma educação superior no Brasil. Que quando essa instituição se desmanchar, que seja na dispersão de seu potencial para todo o lado, em forma virulenta e contagiante, fazendo-se acessível a todos.

Ao PPGPSI, agradeço por ofertarem um currículo e aulas com tanta força. Obrigado por uma Psicologia que não se pretende cega Justiça, que não suporta vendas, mordanças e amarras.

Aos meus amigos. Obrigado por rirmos, sofrermos, bebermos, arriscarmos, desafiarmos juntos a vida. Obrigado pelos tapas na cara, pelos abraços, pelos momentos difíceis, pelos fáceis. Obrigado pela compreensão e pela incompreensão. Que sejamos duros, violentos e acolhedores uns com os outros. Obrigado por escolherem caminhos que não são os meus.

Ryan, meu amigo nietzschiano. Obrigado pela insistência, por mostrar que se deve morder a vida com dentes de fome que vão fundo na carne. Exandê.

À Telma, minha irmã. Obrigado por teres teu caminho, por ofereceres um espelho de mim do qual restou apenas a moldura, sem impedimentos para atravessá-lo.

Aos amores e desamores. Obrigado por apresentarem e compartilharem comigo suas vidas e seus mundos, pelos quais naveguei, me afoguei e tento toda vez a aprender a nadar. Sois tormenta na qual sempre me jogarei com um olhar louco de quem não tem volta.

Aos ocupantes do Instituto de Psicologia e Serviço Social. Obrigado por tanto me ensinarem e mostrarem que há coisas de mim que não vejo, e deveria. Obrigado por compartilharem comigo as linhas de luta desse momento tão importante. Agradeço pelo encontro com a vontade de um outro país, de outras relações com o mundo.

Aos militantes que lutam pela esquerda, que lutam por um mundo que enxergue o Outro, que tenha mais vidas e menos desigualdade. A vocês agradeço e devo desde muito. Nas horas possíveis, lutemos por um Estado que tenha mais coração e se preocupe menos com uma carteira cheia. Que seja mais solidário e menos solitário. Nas horas impossíveis, que entre nós encontremos apoio, que elaboremos planos, mapas, estratégias e que comamos como cupins os pés das cadeiras e mesas onde jantam pesadas barrigas. A vossa, a nossa luta, não acaba jamais. Avancemos, até mesmo contra nossos próprios umbigos.

A você que lê esse texto. Obrigado por dar mais vida a esse trabalho..

Não adianta olhar pro céu
Com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
E muita greve, você pode, você deve, pode crer
Não adianta olhar pro chão
Virar a cara pra não ver
Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus
Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!
(Gabriel, o Pensador, Até Quando?)

Cuando la tiranía es ley, la revolución es orden (Calle 13, Adentro)

RESUMO

Esta dissertação problematiza o tema das militâncias em tempos de biopoder, colocando em questão a existência de um telos nas práticas e discursos militantes. Tal investigação surge a partir dos efeitos produzidos pelas ocupações universitárias que ocorreram no Brasil no ano de 2016, cujo objetivo mais direto de impedimento do avanço das propostas legislativas às quais se opunham não lograram êxito. A aparente falha do movimento em sua perspectiva macropolítica é contrastada à experiência do pesquisador ao participar da ocupação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual pôde perceber efeitos micropolíticos imprevistos pelo próprio movimento, a partir do surgimento de zonas autônomas temporárias que liberaram, em certos momentos, a área da ocupação para que os padrões, sejam eles existenciais, estatais, mercadológicos ou subjetivos, fossem suspensos. A partir dessa experiência que constitui o campo de pesquisa, nos aproximamos metodologicamente da Cartografia e da Genealogia enquanto ferramentas que permitem dar visibilidade à sutileza desses movimentos que não se organizam através de um líder, um ideal e que questionam a necessidade de finalidades para que sejam produzidas transformações. Percebe-se a partir dos autores trabalhados que a ausência de um telos aproxima as Ocupações dos estudantes brasileiros a movimentos insurrecionais que vêm ocorrendo ao redor do mundo e que estiveram presentes no Brasil nas jornadas de junho de 2013, provocando um efeito de multidão nas manifestações. Estas carregam um caráter multidirecional por não poderem ser reduzidas a uma única voz, a uma única bandeira e por não negociarem com governos e nem com o mercado um preço que daria fim a suas inquietações. Nesse sentido, suas lutas falam da insuportabilidade do governo da vida que estabelece formas legítimas de existência, a partir de um “fazer viver” e de um “deixa morrer” daqueles que não se adequam a um padrão. Assim, procuramos através de diários de campo visibilizar as resistências ao biopoder produzidas pelas militâncias que se aproximam das zonas autônomas temporárias e das insurreições. Apontamos, ao final desse escrito, que a militância quando desprendida de um telos pode potencializar um modo de se relacionar crítico em meio as lutas políticas, na medida que sensibiliza o sujeito a perceber que a sua forma de viver não é a única e que a experimentação existencial é possível. Por fim, para que possamos estar atentos às minúcias produzidas pela militância, é preciso que não olhemos apressadamente para a sua efetividade ou a falha a partir de uma causa declarada, mas antes, para seus efeitos desencadeados em uma perspectiva micropolítica. Efeitos insurgentes inclusive de novas subjetivações.

Palavras-chave: militância; biopoder; telos; ocupações; micropolítica.

ABSTRACT

The present study aims to show the obstacles faced by the militancy during times of biopower as its necessity of having a telos, an objective, is questioned. This investigation emerges from the effects produced by the Occupy movement that happened on the Brazilian universities through 2016, as they didn't succeed in their objective of stopping the legislation that they were against and were being voted. The failure of the movement in its macropolitical perspective is contrasted by the researcher's experience as a participant of Psychology Institute of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul occupation, where the production of unforeseen micropolitical effects was perceived due to the occurring of temporary autonomous zones that freed, during periods of time, the occupation from existential, state-owned, and subjective patterns. This experience composes the research field that is methodologically explored with the help of the Cartography and Genealogy that enables the visibility of subtle militancy movements that are not organized through a leader, an ideal and that put into question the necessity of having a goal as a requirement to establish a militancy. As explored by other authors, it is noticeable that the lack of a telos occurs on other insurrectionist movements around the world that were already present in 2013 in Brazil, during the June's Journeys, unleashing a multitude effect that render the manifestations unable of simplifying the movement and one voice, one banner, one cause, and consequently, it can not negotiate neither with the government and neither with the state - about a price that would put an end to the movement. This movement shows the impossibility of accepting the government of life that establishes existences that are conferred with value through the "make live" and "let die" practices. With the help of field diaries we aim to show the resistances against the biopower produced by militancy that are closely related to the temporary autonomous zones and the insurrectionism. Towards the ends of this study we conclude that the militancy that moves away from a telos has a potential chance of perceiving and defending other existences that were not did not exist on the movement's beginning; also, we find that to be possible to recognize the subtle movements of the militancy, it is necessary to deviate our research inquiries from simple questions about the efficiency or the failures of movements based on its preestablished and declared goals and objectives, this deviation makes it easier for us to engage a micropolitical perspective.

Keywords: militancy; biopower; telos; occupy; micropolitical.

SUMÁRIO

1 CAPTURA(N)DO (N)UM PROBLEMA	10
2 DUAS VELHAS AMIGAS: INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS.....	19
3 TRAJETÓRIAS MILITANTES	25
3.1 Construindo um conceito de militância.....	25
3.2 Uma militância que tropeça.....	28
3.3 Militar, mesmo com tropeços.....	34
3.4 Movimentos de esquerda e direita.....	40
4 TENSIONAMENTOS EM TEMPOS DE BIPODER.....	44
4.1 Fazer viver.....	44
4.2 Corpo, Estado e Mercado.....	51
4.3 Ocupar-se do mundo.....	55
5 UMA LUTA MICROPOLÍTICA.....	60
5.1 O corpo padrão em crise.....	60
5.2 Mas para lutar, não é necessária uma “unidade” no movimento?.....	64
5.3 Hora de abandonar o barco.....	68
6 CONDIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76

1 CAPTURA(N)DO (N)UM PROBLEMA

Essa dissertação que de início buscava pensar a sobreimplicação dos militantes e estratégias para extirpá-la de seus equívocos é, pela força do presente, arremessada contra a parede. Uma sucessão de eventos vêm explodindo ao redor do mundo e no Brasil, armando um campo de batalha que é ao mesmo tempo cenário das lutas e território a ser conquistado, o modo de Estado e as formas de vida que nele são legítimas. Estouram crises, seja em 2008 nos Estados Unidos da América (EUA), seja em 2010 na Grécia, ou no Brasil em 2015 com o pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff¹. Sobre elas ouvimos dizer que são crises econômicas, que o problema é monetário, que há um déficit entre a capacidade de comprar e de pagar.

Logo, surgem as saídas neoliberais que costuram circularmente as soluções e os problemas ao mercado. Na Europa, vimos as intervenções do Banco Mundial, do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que pressionavam os países que buscavam auxílio financeiro a abrirem os serviços e o setor público ao investimento privado. No Brasil os efeitos dessa ação-bélica se viam representados nas figuras de Michel Temer², suas alianças no Congresso Nacional, e no “ajuste fiscal” que continuamente visava a um Estado Mínimo. Tais pressões neoliberais foram achatando e reconfigurando o campo de disputa às suas premissas econômicas de forma a colocar em questão a legitimidade e a possibilidade de luta dos movimentos que não reconhecem esse campo de batalha, reduzido ao lucro monetário, como aquele que é capaz de dar respostas eficientes à dita crise.

É nesse âmbito macropolítico que observamos mais claramente a dificuldade de partidos políticos e de movimentos divergentes se organizarem de maneira a reformularem o campo de batalha ou vencerem disputas a partir da própria torção da lógica neoliberal contra si mesma.

As reformas políticas de justificação econômica, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55³⁴ e conseqüentemente a capacidade de o Estado manter seu compromisso com políticas sociais; a desconsideração frente a áreas do saber e o direcionamento da educação restritiva para a formação de mão de obra para o mercado de

¹ Presidente de 01/01/2011 à 31/08/2016, quando afastada pela conclusão do processo de *impeachment*.

² Assumiu a presidência em 31 de agosto de 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, e atualmente com mandato vigente até 01/01/2019.

³ Respectivos números de tramitação na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado Federal.

⁴ Para mantermos o texto mais fluido optamos por retirar, quando citamos as legislações, os parênteses com “(Brasil, ano)” e indicamos que, nas referências: a PEC 55 se encontra como “Emenda Constitucional nº 94”; a Reforma do Ensino Médio como “Lei nº 13.415”; a Escola sem Partido como “Projeto de Lei do Senado n 193, de 2016”; e a Constituição como “Constituição: República Federativa do Brasil”.

trabalho, ao invés de uma formação crítica, projetadas pela Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746⁵); uma Escola sem Partido, vislumbrado no Projeto de Lei do Senado (PLS) 193, que de partidária nada tem; e o *impeachment* com cores de golpe contra a presidente Dilma Rousseff, precipitam em 2016 um grande movimento contra as políticas de Estado implantadas após a posse de Michel Temer: as ocupações em mais de 220 universidades brasileiras. Este cenário de desmonte de um Estado de, minimamente, Bem Estar Social, com alguma redistribuição de renda e garantias de direitos como saúde e educação, disparam na segunda-feira de 31 de outubro, a ocupação do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da qual participei e a qual nos ajudará, enquanto campo de análise ao longo do texto a olhar para os desafios atuais da militância, seus impasses, problemas e estratégias de resistência.

A temática da militância não é “desencarnada”, ela ganha sentidos diversos em cada corpo que habita, onde se faz sentir como urgência e presença. Portanto, gostaríamos de explicitar como é que o autor deste texto se torna sensível a essa temática e tem, já em sua bagagem, um mundo que lhe dota de um certo olhar para a questão. Para isso, voltaremos, brevemente, para 2015, quando este pesquisador já fazia parte do grupo Intervires⁶ há alguns anos.

Trabalhar com autores da Análise Institucional francesa e Filosofia da Diferença construiu em mim uma espécie de ouvido que emite sinais de suspeita quando algo, uma fala, uma ideia, soam idealizadas. Afinal, participando de um grupo que luta na direção da Reforma Psiquiátrica e por práticas que deem lugar à diferença, percebia que o saber verticalizado, no qual o profissional, um “expert”, supostamente sabe o que é melhor para a população, podia e já havia produzido práticas de exclusão e morte tão pesadas quanto os manicômios, as prisões e as escolas. Sustentando-me em autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, entendo que a vida pode ser efetivada de diversas maneiras, a partir de experiências e valores diversos, sem que um tenha que ser eleito como o melhor, como o modelo a ser seguido por todos. Isso é, de modo bastante simples, entender que existem e podem ser construídas diferentes formas de ser homem, mulher, de gênero, sexo, pensamento e de experimentar o mundo. E mais, que a possibilidade de construção deve ser defendida, caso contrário, podemos cair em uma ou meia dúzia de formas consideradas corretas, normais, enquanto outras são consideradas patológicas, desviantes e sem legitimidade perante um social regulamentador.

⁵ Código de tramitação no Congresso Nacional até sua aprovação em 16 de fevereiro de 2017.

⁶ Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Política Públicas e Cuidado em Rede. Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGSI) da UFRGS, em Porto Alegre.

Assim, uma cena acontecida durante a pesquisa “Qualificação da Saúde Mental na Atenção Básica: análise das práticas de equipes da Região 10-Macrometropolitana/RS a partir do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)”⁷, da qual participava, gerou uma inquietação frente à militância ao presenciar que esse fechamento existencial poderia se repetir no âmbito da própria luta pela Reforma Psiquiátrica e pela desinstitucionalização da loucura. Em uma das atividades de grupo realizadas na pesquisa, estávamos eu e uma colega, usuários, trabalhadores e gestores deliberando sobre a realização de um evento que encerraria a investigação no município participante. Durante a conversa, trabalhadores e usuários aproveitavam o espaço para debater com os gestores as dificuldades para o atendimento em saúde mental, entre elas, os problemas e limites de vagas para internações em leitos psiquiátricos e em hospital psiquiátrico. No momento em que aparece a figura do hospital psiquiátrico, minha colega interrompe bruscamente a discussão manifestando parecer-lhe incrível que, mesmo em 2015, tantos anos após a legalização da reforma psiquiátrica, ainda estivéssemos falando sobre a utilização de espaços manicomial na rede de atendimento, e que isso teria que, em algum momento, ser discutido no evento.

Não trago essa cena para criticar a Reforma Psiquiátrica e a importância de sua luta por outras possibilidades de cuidado e vida, com a qual concordo, mas, para apresentar um ruído que me convocou a colocar, desde o início do mestrado, a forma de fazer militância, em suspeita. Essa suspeita chamava a atenção para os movimentos de militância que às vezes tropeçam em seus próprios pés, podendo interromper aquilo que é um de seus objetivos: colocar diferentes olhares em conversa e explicitar as diferentes formas e necessidades de cuidado. Na reunião comentada, reivindicações e debates acerca dos recursos existentes no município já estavam sendo explicitados para que diferentes ações de cuidado fossem construídas, mas o prenúncio daquilo que representa o enclausuramento da vida, o manicômio, símbolo daquilo contra o que se luta, despertava na militante-pesquisadora a necessidade de interromper o diálogo. A interrupção pode ser tática para a inserção de outros olhares, de abertura de espaço em lugares onde um discurso, um saber, é tirano e busca eliminar os demais. Embora, por vezes, é o militante que adota uma postura irredutível com seu saber, colocando-se à frente dos demais, tornando-se ele também, pouco sensível a outros modos de existir, ao que acontece ao seu redor, quando afirma uma ideologia da qual “veste a camisa”.

Os serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), são tidos por Dunker e Kyrillos (2015) como a saída mais criativa que temos, em termos de serviço, para

⁷ Pesquisa realizada pelo Intervires em parceria com o Laboratório de Apoio Integrado em Saúde Coletiva (LAISC, UFRGS), entre 2013 e 2015.

o modelo psiquiátrico. Mas não é a mudança do espaço físico de cuidado, de um hospital psiquiátrico para um CAPS, que garante maior liberdade na criação de modos de relação com a loucura. Como dirá Pelbart (1990), não somente físicos, os manicômios também são mentais. A alternância de um paradigma clínico, no qual a loucura é reduzida a uma patologia, para um paradigma político (Dunker & Kyrillos, 2015), em que “o problema” está na exclusão social do louco, pode fazer o militante tropeçar e produzir um novo enclausuramento. Acreditar que os manicômios físicos e mentais sumiriam em razão da tentativa de inclusão do louco no meio social parece ser uma postura demasiadamente ingênua.

A patologização clínica e a internação via manicômios produziram a exclusão através da produção do louco como incapaz de convívio social. Embora, estivesse aí uma condição de inclusão, restritiva, enclausuradora, certamente. Mas que tinha em certos aspectos a intenção inclusiva em uma perspectiva que entendia a cura a partir de tratamentos de reconhecimento do louco sobre sua loucura. A perspectiva de inclusão política/social do louco e da loucura no social a partir do mundo do trabalho, inspirado na reforma psiquiátrica italiana, pode produzir um novo enclausuramento. Neste, parece que o sofrimento somente diz respeito à exclusão social do sujeito louco, cujo sofrimento, a princípio, desapareceria caso estivesse inserido nas rotinas sociais ou em algum subemprego que fosse. Parece que não haveria aí mais algum sofrimento a ser escutado. A terapêutica prescrita é sempre a inclusão no social, uma ação política muitas vezes fragmentada da clínica (Dunker & Kyrillos, 2015). Se antes o louco estava fechado do lado de dentro do manicômio, agora ele pode ter sido fechado do lado de fora dos serviços, ao menos, no que tange ao seu desejo, abandonado tanto pelo paradigma clínico-manicomial, quanto pelo modelo político-inclusivo da reforma.

Independente de nossa concordância com o argumento em sua totalidade, o risco sobre o qual os autores acima tentam nos avisar é de que os movimentos que se pretendem de abertura e se colocam contra uma determinada prática podem produzir uma espécie de espelho. Mudam de lado algumas questões do discurso dominante, mas não necessariamente a dominação do discurso. Exemplificando, dessa forma, a oposição a regimes totalitários não quer dizer que o movimento antagonista também não possa ser totalitário.

Nesse sentido, Vasconcelos e Paulon (2014), assim como Vieira (2010), apontam para a sobreimplicação dos profissionais militantes, que podem ter bandeiras como a defesa do SUS, da Reforma Psiquiátrica, daqueles cuidados que valorizam a singularidade. Este engajamento político às causas dos grupos e coletivos em que trabalham pode funcionar como propulsor e potencializar as ações dos trabalhadores, como também pode funcionar como algo que boicota seu movimento. Quando sobreimplicados, as bandeiras que defendem são transplantadas para

as suas córneas, fazendo com que os militantes somente enxerguem uma única realidade possível, espécie de utopia que se transforma em ideologia, não deixando espaço para furos, para questões nestes casos. As fibras de seus tecidos tornam-se um filtro que captura e colore o mundo nos tons da própria bandeira; suas tramas formam um gradeamento tão leve que esvoaça ao vento e pode ser facilmente levado para qualquer lugar.

É no momento em que a militância se cruza com a produção de fascismos que ela se tornou um problema (de pesquisa), já expresso por Foucault em sua pergunta sobre “Como fazer para não vir a ser fascista, mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário?” (1977/1991, p. 83). O fascismo que Foucault apresenta é especialmente importante por não ser aquele caricatural, por exemplo, das imagens de soldados nazi-fascistas em guerra. O fascismo se apresenta também no amor ao poder, “nesta coisa mesma que nos domina e nos explora” (p. 83). Ele pode estar no gesto de prontamente pressupor que o usuário gostaria de estar em outro lugar que não o CAPS, em automatismos que não permitem um certo inesperado de perguntar-se “opa, quem será essa pessoa, o que será que a traz aqui no serviço?”. O fascismo tem um tom pesado (porque o é) que gostamos de atribuir aos nossos inimigos: criaturas peçonhentas, sanguessugas, vampíricas. Como foi comum em 2016, ao ouvirmos os brados militantes “Fascistas! Não passarão!”, em geral precedido de algum outro adjetivo como “golpistas”, “machistas”, entre outros. E claro, não é por que podemos nos equivocar em momentos da militância que somos exatamente iguais àquilo que combatemos, mas como nos diz Deleuze (1990/1992), não só não há motivo pelo qual o fascismo deixaria de existir, como ele também nunca deixou de passar. O que convoca os militantes a uma luta constante com seus inimigos e a um cuidado consigo, para que o fascismo, ainda produza estranhamento, possa ser percebido e questionado.

No conselho de Foucault (1977/1991), “não utilize o pensamento para dar a uma prática política o valor de verdade” (p. 84), temos uma pista da simplicidade da sua formação. Aquela dinâmica que “deu super certo” com um grupo, a aula que foi um sucesso no semestre passado, aquela frase que eu disse no outro atendimento e que mobilizou tanto o usuário é uma armadilha. Ao pressupor que outra vida ou outro momento da vida de um sujeito pode se reduzir a qualquer outro, produzimos fascismo. É preciso ter cuidado com o modo de utilizarmos a qualidade de verdade ao argumentar e defender formas de vidas.

Não nos desanimemos com isso, pois se o objetivo de uma série de militâncias é ampliar o espaço para que novas vidas, para que mais cores, pensamentos, estilos, sotaques, quilogramas, culturas possam surgir, afirmar e ter reconhecidas sua legitimidade existencial, cuidar da própria produção de fascismo é cuidar para que a multiplicidade possa se dar o maior

número de vezes possível. Como a pesquisadora deste mesmo tema, Alice de Souza (2016) propõe que criemos modulações militantes para uma vida não fascista, abandonemos a ideia de alcançar um estado de perfeição, no qual não precisaríamos rever nossas práticas, pois essa última serve às militâncias que querem e creem poder dar conta da vida.

Esse cuidado com a produção de fascismos é importante. Porém, o percurso desta investigação me permite hoje avaliar que há um ano estava justamente em busca da militância perfeita, o que também significava alcançar um estado de “não fascismo”, um grau zero da imposição de uma verdade sobre o outro, um modo de militar que elimina a própria possibilidade de ser fascista. O quão irônico foi perceber que a crítica da idealização também pode produzir uma nova postura idealizada. Que meu puritanismo, difícil de rastrear, pois provavelmente arrasta elementos de minha história, das vivências com o cristianismo, da tentativa da construção de uma forma de pensamento não contraditório, fazia pressão (e ainda não devo ter me livrado dele por completo, portanto, atenção, leitor) para que eu extirpasse da militância todas as suas “impurezas”, como que tentando lapidar uma joia a ser entregue em forma de dissertação. Algo que salvasse a militância das garras do fascismo. Estaria eu encarnando o salvador, justamente aquele que por “salvar” torna-se inquestionável?

Pois bem, esse caminho de salvação produzia a sensação de que nada poderia ser dito, porque qualquer afirmação carregaria uma germinação fascista, produzindo novamente a verticalidade daquele que sabe e ilumina os fatos do mundo. Criava assim, o que hoje parece um falso problema. Tornava-se quase inevitável ver em qualquer proposição de vida, de Estado, de sociedade, a exclusão de toda uma infinidade de outras alternativas (fascismo). Como se ir em uma direção fosse dar as costas a todas as outras. Tornava-me cada vez mais simpatizante de uma leitura equivocada do que Pelbart (2009) designou por “neutro”, no qual encontrava abrigo em relação aos pedidos de posicionamento sobre os eventos que aconteciam no cenário político atribulado dos últimos anos no Brasil.

Lembro-me que em uma das clássicas rodadas de “fogo-amigo”, como chamamos as apresentações de trabalhos ao grupo de pesquisa para recebermos opiniões e críticas antes da sua “entrega oficial”, uma colega já abismada com minha posição pretensamente “neutra”, perguntou: “tá, mas me diz uma coisa, quer dizer que pra ti tanto faz o que acontecer com o *impeachment*, quem ganha, se é a direita ou a esquerda?” Essa questão tocava justamente na impossibilidade, naquele momento, de afirmar qualquer coisa. Manter-se em silêncio, neutro, era a tentativa de manter um estado no qual a possibilidade não concretizada era sentida como a defesa do poder ser qualquer coisa. Eu experimentava o silêncio da neutralidade frequentemente como “*tacere*” (Pelbart, 2009), a impossibilidade de falar sobre algo, que não

surpreende, frente à vertiginosa torrente de informações e convocações a se posicionar sobre todo e qualquer assunto.

O problema tornou-se falso ao perceber que a afirmação e o posicionar-se não somente não fecham a possibilidade existencial, como, também, são necessários para criar o território onde uma vida pode se sustentar. Penso que esse pode ter sido o efeito de me dedicar durante alguns anos à desterritorialização do pensamento (Deleuze, 2006^a, Trad.; Deleuze & Guattari, 1980/1995), exercitando a prática da problematização das formas existenciais já formatadas. Recordo da minha discreta militância na sala de aula, em conversas com estudantes de outros cursos da saúde, nas quais engajava um constante questionamento das proposições de entendimento do mundo e do cuidado que elaborávamos, como forma de pressionar a postura tecnicista, a se deslocar para ouvir o usuário. Essa problematização sustentava a defesa da humanização do cuidado, da defesa da proposta do SUS de atendimento que, para muitos de meus colegas de estágio e trabalho, eram propostas que não faziam sentido, pois somente o saber técnico poderia guiar o atendimento a ser realizado. Com problematização atrás de problematização, essa ferramenta parece ter aos poucos se transformado em uma normativa.

Daí em diante é como se um nódulo tivesse se criado no pensamento, um ponto de rigidez que demandava que aquele que propõe algo, deve propor a problematização de alguma coisa. Como se a problematização fosse a porta de salvação para não ocorrer em reduções que constrangeriam a vida em uma normativa. Quiçá seja aí que se encontre algum indício do porquê uma militância que é propositiva, (por não ficar gastando todo seu tempo na crítica e na problematização da realidade) poder se confundir com uma militância fascista. Porque em algum momento ela teria que parar de problematizar para efetivar uma outra verdade, um outro modo de ser, de atender, de operar na realidade que critica.

Há aí um outro correlato. Simpatizante das propostas de humanização do cuidado, também acabei efetivando uma leitura exacerbada, quase que excluindo o saber do profissional, para trabalhar exclusivamente a partir do que o usuário trazia na clínica-escola⁸. Via com bons olhos uma militância que se dedicava a um “fazer” a partir do usuário, mas não aquela que era efeito de um “pensar” propositivo do militante. Como se valorizar a singularidade de outra vida não estivesse relacionada com o pensamento militante, propositivo, de que outras devem ser valorizadas. A partir daí, havia restado para a dissertação e seu autor uma caça ao fascismo na militância, não aquela que problematiza e faz pensar, mas à militância que pratica um fazer normativo, mesmo que esta norma seja efeito dos avanços do SUS e da Reforma Psiquiátrica,

⁸ Um dos campos de estágio da graduação em Psicologia da Univates, em Lajeado.

a dicotomização estava feita sem perceber. A sobreimplicação⁹ havia me atingido, passando eu a ser o funcionário de minha própria verdade (Lourau, 1990/2004), a de que a militância é ilegítima, não deve acontecer, enquanto ainda contiver partículas de fascismo. Só uma militância “pura” era uma militância válida.

Reconhecendo que a minha leitura tinha ela própria suas porções de fascismos, a famosa recomendação de Deleuze e Guattari (1980/1996) para sempre guardarmos uma porção de terra, de território, que eu ouvia desde muito tempo, começava a fazer sentido. A dificuldade de entender a potência e a importância de constituir um território vai sendo agora contornada. Como um sujeito que enjoado, irritado com o continente, havia se lançado ao mar, o pesquisador agora retorna para fazer, se não as pazes, uma nova relação com a terra.

Em consequência, a dissertação que buscava encontrar a militância perfeita, supostamente a que pensa, desterritorializa e problematiza a cada instante, sem se fixar em nenhum território, é quebrada, exigindo que o pesquisador refizesse mapas, colocasse alguns foras, inventasse outros, com outra escuta a nascer. Para produzir seu estudo, foi necessário deslocar-se da sua posição de conforto, aquela do crítico que “só” analisa. Ele (eu), deve ser capaz de ser outro, para escutar com outro ouvido os sussurros e os tantos gritos da militância.

A questão a qual esse outro caminho nos lançou foi formulada após debates com a banca de qualificação, diálogos solitários e outros bem acompanhados de colegas militantes, tomando a seguinte forma: “Há um *telos* na militância em tempos de biopoder?”. E em desdobramento a esta, poderíamos também questionar: “Há necessidade de um *telos* para que a militância aconteça?”

Mais do que se pretender uma pergunta que esgote o pensar a militância atualmente, explicitando uma verdade final, ela nos lança a um problema e a um campo de investigação. O niilismo nietzschiano, que no projeto de qualificação seria o principal conceito interlocutor, com o qual equivocadamente construíamos critérios classificadores das boas e más militâncias a partir de suas posições ativas e passivas, é abandonado para, com outros autores, pensarmos como as estratégias de controle e produção da vida se relacionam com a militância atual e de que forma podemos perceber, se é que podemos, uma causa (no sentido de objetivo e não, causalidade) ou finalidade nessa luta.

⁹ Conceito cunhado por René Lourau no contexto da Análise Institucional para referir a dificuldade ou impossibilidade dos grupos e coletivos se colocarem em análise e perceberem os jogos de poder e determinações institucionais em que estão inscritos. Apesar de não abordarmos esse conceito diretamente nesse texto, poderemos perceber os possíveis efeitos da sobreimplicação quando abordarmos a “beatitude revolucionária” durante o segundo capítulo.

Perguntar sobre o *telos* (Cunha; 1982/1986; Nicola, 1998), enquanto uma finalidade que guia um evento na militância não nos serve para que busquemos rastrear se ela possui, ou não, um sentido definido *a priori*. Antes disso, é suspender a prerrogativa de que toda militância tem um objetivo e de que poderíamos verificar o seu sucesso, fracasso, ou mesmo qualificar a eficácia de suas táticas a partir de uma espécie de resultado final, referente a um objetivo inicial. Essa problemática veio à tona durante a ocupação vivida no campus da UFRGS e se acentuou após o seu término. Que saldo tirávamos desse movimento? Se a PEC e a Reforma do Ensino Médio foram aprovadas e a Escola sem Partido continua em tramitação, perdemos e, conseqüentemente, greves, manifestações na rua e ocupações são métodos ineficientes? Elas atestam o fracasso dos movimentos militantes?

Podemos supor que, em parte, sim. Se um dos objetivos era barrar a aprovação de tais legislações, falhamos, e não somente as ocupações, mas o conjunto dos movimentos foi, nesse sentido, ineficaz. Entretanto, não sejamos militantes tristes, como nos diz Foucault (1977/1991), pois é o elo de nosso desejo com a realidade que possui uma força revolucionária. Como veremos à frente, as *Ocupas* se ocuparam com tantas outras coisas que dependendo do olhar, a PEC, a Reforma e a Escola sem Partido pareceriam apenas algumas entre tantas outras preocupações. A Revolução através das militâncias, como vai apontar Valverde (1986), não trata de tomar ou derrubar o Estado, mas de mudar a forma como se concebe e efetiva o mundo. Portanto, a suspensão do *telos* nos lança à tarefa de criar possibilidades para pensar e visibilizar outros movimentos que acontecem e se produzem em meio à militância.

Dessa forma, pretendemos ao longo do texto, mais precisamente no segundo capítulo, em “Trajetórias da Militância”, pensar alguns movimentos históricos que vão constituindo formas de fazer militância, assim como reunir pistas sobre suas continuidades e descontinuidades junto aos eventos recentes comentados nessa introdução. O terceiro capítulo, “Tensionamentos em tempos de Biopoder”, será dedicado a pensar as formas do biopoder que compõem modos de relação com o mundo e produzem subjetividades e militâncias. O quarto capítulo, “Uma luta micropolítica”, dará atenção principalmente aos movimentos de ocupação que ocorreram nas universidades no ano de 2016, especialmente à *Ocupa Psico e Serviço Social* do Instituto de Psicologia da UFRGS, e como eles nos ajudam a pensar a militância em suas formas atuais. Na finalização, serão retomadas as perguntas supracitadas de forma que, para além de algumas conclusões, possamos instigar novas investigações.

2 DUAS VELHAS AMIGAS: INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS

Antes de adentrarmos nos capítulos que tratarão propriamente sobre a questão da militância, é importante esclarecer alguns pontos quanto aos lugares por onde o pesquisador andou, como o campo de pesquisa se constituiu e aquilo que seriam as suas ferramentas básicas para operar essa pesquisa. Sobre estas últimas, por mais que saibamos que nenhuma perspectiva, nenhuma teoria é capaz de oferecer entendimentos e respostas sobre todo tipo de situação e que a cada vez que saímos de casa temos que refazer nossa caixa de ferramentas (Foucault, 1979/2010), nosso arcabouço técnico-conceitual, temos aquelas que são as “queridas”, que constituem um certo modo de olhar e entender do mundo, para o pesquisador.

O martelo nietzchiano, que Foucault parece tomar emprestado e esqueceu de devolver, é uma dessas ferramentas. Sua noção/percepção genealógica da história nos é importantíssima. Com Michel Foucault (1979/2010; Veiga-Neto, 2003/2011) pensamos a história, a constituição de sua narrativa, a construção de verdades e um regime de possibilidades emergentes para os acontecimentos. Primeiramente, o seu uso da genealogia coloca em questão uma concepção de história entendida como uma progressão linear e evolutiva. A história linear faz parecer que, como muitas vezes aprendemos na escola, existe uma “linha do tempo” em que os eventos e as eras na história surgiam e perduravam de uma certa data até outra.

Esse entendimento sobre a história Foucault vai denominar de “origem”, em um sentido que poderíamos dizer que: “em tal ano começa o feudalismo, nesse outro a renascença, aqui surgiu a democracia, o fim da escravidão deu-se neste dia, o *impeachment* de Dilma Rousseff aconteceu em 31 de agosto de 2016”. Na origem, parece que os fatos surgem do nada. Isso é, como se no dia anterior ao que usamos como marco para determinar o início de algo, não houvesse uma série de tensões (pensemos em uma guerra), que já “preparavam” um terreno para o que aconteceria no dia ou anos seguintes. Com Pierre Clastres (1974/2004) percebemos que além desse aparente surgir do nada, a história também pode ser concebida como uma linha evolutiva e universalista. De forma que quando olhamos para povos e culturas os denominando de “atrasados” ou “primitivos”, estamos exercitando um entendimento que com o tempo, aquele povo ou cultura chegaria “onde” estamos. Como se, nessa linha, todas civilizações passassem pelas mesmas etapas de transformação e alguns estivessem “à frente”. É um entendimento facilmente utilizado por aquele que se considera “avançado” para interferir no modo de viver de outros povos.

A história genealógica, por sua vez, comportaria dois elementos dinâmicos: a ascendência¹⁰ e a emergência. A ascendência pensamos como uma assimilação de grãos de areia que vão se amontoando no fundo do mar, de forma que se uma quantidade suficiente se agrupar, elas acabam por irromper a altitude zero da linha do mar e inauguram um território, uma ilha, um continente, que torna possível que alguma coisa se construa na sua superfície (Deleuze, 2006^a, Trad.). Isso que se constrói na superfície, aquilo que pode emergir do acúmulo granular da areia, aquilo que a gente “vê” (não só com os olhos, mas com o corpo), chamamos de emergente.

Agora, o que entendemos que seriam os grãos de areia? Verdades. Para exemplificar, poderíamos utilizar a emergência da “escola” ao nos perguntarmos sobre o que leva a escola a existir e ser do jeito que é. Tentando catar esses grãos de areia (o que compreendemos ser grande parte de um exercício de pesquisa que se inspira na genealogia), encontraríamos alguns como: supor que as pessoas são capazes de aprender; que outras, são capazes de ensinar; que para aprender e ensinar é interessante um espaço físico específico; que a aprendizagem é retida ao longo do tempo; que as turmas sejam separadas por idade; segundo um currículo que pressupõe que alguns conteúdos devam ser aprendidos antes de outros; que as matérias sejam divididas e que se aprenda matemática na aula de matemática, português na aula de português (Veiga-Neto, 2003/2011). E talvez, daqui algum tempo, que ela não tenha partido. O que percebemos é que para que um determinado tipo de escola surja, devem estar presentes determinadas verdades que criem condições de possibilidade para que ela emergja, para que se estruture dessa maneira. É como que se os grãos de areia que chegam até a superfície não tivessem as qualidades necessárias para dar suporte a todo o tipo de estrutura, de escola nesse caso. Como se cada grão de areia acrescentado fosse dando uma geografia muito específica ao território emergencial, de forma que a estrutura que se constrói possa se sustentar em sua configuração. Podemos qualificar, dessa forma, que esse território se trata de um “território existencial”, seja de coisas como das pessoas, de subjetividades, de vidas, no sentido que o “sujeito” que emerge, é também sustentado por uma série de verdades acumuladas e em constante agenciamento (Deleuze & Guattari, 1980/1996).

Outra qualidade da ascendência e da emergência é a sua característica dinâmica. As verdades que constituem a ascendência são constantemente recolocadas, varridas para junto

¹⁰ Damos preferência à tradução “ascendência” (Herkunft), utilizada por Alfredo Veiga-Neto, por uma questão de figura de linguagem. O termo mais comumente utilizado é “proveniência”, tradução de Roberto Machado e aquela que se encontra no livro *Microfísica do Poder*, organizado por si, com textos de Michel Foucault. Ambos utilizam a tradução “emergência” (Entstehung) para o segundo termo. Cabe dizer que estes eram termos usados por Nietzsche e que “origem”, se traduz de “Ursprung”.

dessa montanha de areia, como que se sem isso, rolassem novamente ao fundo do mar, desmanchando o território. Se a escola não investir, não divulgar que aquilo que a constitui é importante e necessário, se os pais não obrigarem seus filhos a irem à aula, se o governo cessar seus investimentos, a escola que temos hoje deixa de existir. Outra possibilidade é que outras verdades se juntem ao monte e saquem fora outras verdades, como que mudando a base que serve de sustento e juntamente, a configuração da escola. A Reforma do Ensino Médio, por exemplo, não acaba com a escola, mas faz uma manobra que busca retirar alguns grãos e colocar outros, reconfigurando a estruturado currículo e o objetivo do ensino. Assim, a estrutura emergente é sempre uma metaestrutura que pode desabar e se reconfigurar. Aquilo que constitui sua condição de possibilidade, as ascendências, constitui um campo de investimento, de uma disputa para conectar-se ao monte emergente. O que já nos permite visualizar a importância da militância para a constituição de uma realidade. Não buscaremos nesse estudo fazer uma diferenciação entre verdade e realidade, aproximando ambas disso que conceituamos como ascendência e emergência.

Nesse primeiro momento, em que podemos vislumbrar a militância se envolvendo nessa luta que constitui realidades (trabalharemos essa ideia no capítulo seguinte), podemos perceber por que fazermos a suspensão do *telos* é provocativa para pensarmos a constituição da história. Pois sem um *telos*, podemos nos lançar a olhar para os efeitos que compõem e emergem da sua luta e que não eram esperados ou previstos a partir de seus objetivos.

É justamente nesse ponto que as ocupações nos interrogam, colocando em questão um modo de fazer e de pensar a militância até então. O coletivo anárquico “Comitê Invisível” (2014/2015) nos dirá, nesse sentido, que os movimentos revolucionários que buscavam tomar o poder de um país, constituir outro Estado, estão enfraquecidos e desacreditados. O que vemos hoje são insurreições pontuais, que se ocupam de um lugar, de uma questão, de uma luta, e que se desfazem após um tempo, não tendo uma prerrogativa imortal, na qual o coletivo que se formou permaneceria unido após a ação realizada. É uma perspectiva que difere das formas já emergentes, de um sindicato, de um partido político, de um coletivo ou uma organização não governamental (ONG), que têm uma luta constante por certos direitos, certas formas de organizar a sociedade.

Não que essa constância seja negativa, pois provavelmente pouco da Constituição brasileira de 1988 teria sido efetivada se não fosse uma incansável e persistente quantidade de militantes e movimentos que lutaram para que sua proposição fosse efetivada e ampliada. Mas a efemeridade das ocupações coloca em questão essa forma de luta, no mínimo, como único modo de luta possível.

É na perplexidade da forma que se deu esse movimento que integra o campo de pesquisa, para tentarmos recolher alguns desses grãos de areia que possibilitam a emergência dessa luta. Nosso pesquisador-militante participou de muitos dos seus 52 dias de duração, entre 31 de outubro a 21 de dezembro de 2016. Como ocupante, priorizou vivenciar o movimento, participar da luta, contribuir da maneira que podia. Não estava lá apático com um bloquinho de anotações, descrevendo o que faziam os demais. Sabíamos de início que este seria um momento importante para o país e, também, para pensarmos a militância, mas deixou as anotações e os diários para quando não estivesse por lá, quando então escreveu sobre situações vividas, as sensações de estar participando daquela luta. Estas irão compor, juntamente com a trama conceitual, as cenas do “período de campo”: os 52 dias de duração da *Ocupa Psico e Serviço Social*.

Mesmo que as ocupações apresentem uma outra forma de militar, é preciso fazermos alguns apontamentos sobre a genealogia para não pensarmos que é somente possível uma “emergência” por época. Entendemos que há condições de ascendência e emergência “individuais” e coletivas ao mesmo tempo (Valverde, 1986); em diferentes coisas, corpos, em diferentes pessoas, certas verdades estão presentes e outras não, fazendo com que as condições de emergência de uma existência difiram para cada um, para cada coisa. Que o sujeito não é totalmente isolado na sua construção emergencial, assim como também não parece haver um social que o domine completamente, produzindo indivíduos idênticos, inclusive o social, o coletivo, não são um só. Há coletivos no trabalho, no estudo, no Estado, globalmente, na rua do bairro, na cantina. Isto nos faz pensar na singularidade da experiência que iremos abordar, no sentido que, há coisas dessa *Ocupa* que lhe serão particulares, assim como outras que provavelmente serão comuns às ocupações em geral. Da mesma forma, o nosso pesquisador-militante produziu uma linha existencial específica nesse movimento, que queremos potencializar como analisadora desse momento das ocupações. Gostaríamos de salientar que ao falarmos de movimentos negros, feministas ou LGBT, não o fazemos com a pressuposição de que o autor se considera participante e apropriado das discussões que fazem cada um desses segmentos militantes. Referimo-nos a elas pela presença importante que tiveram durante o movimento de ocupação e pelas provocações que traziam ao próprio autor.

Uma martelada final sobre o que entendemos por verdade: tudo aquilo que pode ser um grão de areia e tudo aquilo que pode emergir. Que os grãos de areia podem ser a emergência de outras ascendências. E as emergências podem servir de grãos de areia para outras emergências. Como em uma rede de relações interdependentes, na qual um ponto é ligado a vários outros e também ganha sentido, torna-se um ponto, a partir de outros pontos. De forma que uma verdade

poderia ser entendida como aquilo capaz de dar sustentabilidade a uma realidade, assim como aquilo que emerge em seu território. A verdade aqui não se trata de verdadeiro ou falso, mas disso que é capaz de constituir, provocar, afirmar ou negar uma vida e mundo.

O martelo destruidor de valores, que aqui fizemos Foucault, traz essa percepção de que as verdades não são indestrutíveis, inabaláveis. Fala de uma história que, por mais que às vezes se apresente de uma forma polida e coerente, é composta de inumeráveis fragmentos. Mesmo assim, a despeito de seu caráter dinâmico de permanência indefinida, são verdades capazes de sustentar vidas e mundos.

Enquanto temos uma ferramenta de desconstrução e crítica da história e da verdade, a Cartografia se apresenta como instrumento de construção narrativa que não se pressupõe como método para uma versão universal da história. Isto é, ela nos permite articular alguns elementos que fazem ver o seu objeto de estudo sem querer fazer crer, que o encontrado é a única e verdadeira forma de vê-lo. É algo que gostaríamos que o leitor tivesse claro durante sua leitura. Que os autores, as referências e os caminhos utilizados proporcionam um certo recorte, que não é o único possível, sobre o tema trabalhado. E que, portanto, quando utilizamos nossos autores, também não consideramos que eles trazem a verdade última sobre o que falam, mas possibilitam uma espécie de articulação emergencial.

Se o *metá-hódos* (método) da construção tradicional de um pesquisador coloca um objetivo que deve guiar todo um caminhar (mais uma aparição do *telos*), ele é aqui tensionado com a inversão *hódos-metá*, na qual é antes a experimentação de um caminhar que vai dando forma ao objeto estudado (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Como percebemos com a própria pesquisa em desenvolvimento: inicialmente tentando eliminar as idealizações e salvar a militância, mas seu caminhar foi mudando tanto o pesquisador quanto a pesquisa.

A cartografia aparece, então, como construção de uma teia de aranha, e, à medida que vamos avançando no estudo, iremos constituindo e desconstruindo os fios de sua trama, com pistas, ideias, conceitos, percepções, diários de campo. Essa rede vai como que constituindo os órgãos sensoriais da pesquisa, que ao passar por certos terrenos, acontecimentos, vibra e alertamos de que algo “caiu na teia”. Esses elementos que são apreendidos passam, eles também, a constituir novos pontos na rede, aumentando, ou melhor, mudando a sua complexidade.

Como teia, ela não é constituída somente de suas linhas, mas também de seus buracos (Deleuze & Guattari, 1980/1997), que são tantos pontos de ignorância, insensibilidade, limites do pesquisador, como estratégias de sobrevivência da própria teia. Há objetos que são pesados demais e que ela não é capaz de sustentar. Outros, passarão raspando, anunciando a existência de algo que ainda não conseguimos tatear, capturar, analisar.

Assim, poderíamos pensar e ler essa dissertação como a constituição de uma possibilidade de um olhar para a militância, não como o único possível, e nem por isso, menos válido. Com essa teia se espera que outros possam também utilizá-la, não para reproduzir seu processo, mas para sucatear, garimpar ferramentas, outros pontos para suas teias, para a constituição de seus próprios olhares. As condições de emergência, então, suas estratégias, tensões, invenções e discussões, colocadas neste período de *Ocupas* são os materiais analisados nesta dissertação, a partir de um delineamento cartográfico dessas linhas de forças que percorreram o prédio, seus estudantes, funcionários e professores.

3 TRAJETÓRIAS MILITANTES

Até quando esperar?

(Plebe Rude, Até quando esperar, 2012)

3.1. Construindo um conceito de militância

Dentre os textos percorridos ao longo deste percurso de pesquisa algumas concepções de militância foram aparecendo, mas uma delas nos pareceu particularmente interessante:

Militar é a organização do movimento segundo uma lógica de guerra: a posição de espaço e tempo numa relação operacional; a definição do lugar e do momento de uma determinada ação-bélica. Militar, portanto, é a própria ação que se desenrola segundo a topologia e a cronometria dos campos de batalha.

A militância política duplica aquela relação e aquela definição, desdobrando o tempo cronológico em história e o espaço físico em “corpo político” de uma sociedade; fazendo do movimento uma *prática* – a ação organizada. (Valverde, 1986, p. 60)

Valverde compartilha conosco leituras de Foucault, o que nos leva a pensar que essa duplicação do tempo cronológico em história e, do espaço físico em corpo político, em meio a uma ação bélica, aproxima-se da genealogia que antes apresentamos. Ao invés de pensarmos o tempo em seu aspecto cronológico (tempo da origem), que faz passar algo de um estado a outro somente baseado nos segundos de um relógio, tomamos a leitura genealógica da história como elemento analisador dessa passagem.

Sem ser o passar do tempo cronológico, assumimos a história como o tempo em que encontros e disputas (ascendências) entre ideias, modos de sentir, de pensar, de agir, ganham ou perdem visibilidade; que essa circulação no social faz aparecer ou desaparecer coisas (emergência). Nessa perspectiva, a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa de 1917, um golpe de Estado como o que levou à ditadura brasileira de 1964, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ou as ocupações das universidades brasileiras, ambas em 2016, poderiam ser melhor compreendidas se pensadas através das diversas lutas que culminaram nesses acontecimentos, e não como algo que aconteceu (surgiu e se encerrou) apenas em uma data específica.

Dessa forma, não haveria uma história da militância que pudesse ser pensada de modo linear e seu “sentido”, como afirma Valverde (1986), só poderia ser estabelecido como o resultado de um jogo de forças. Concepção consoante com a que Deleuze (1962/2001, p. 08) nos apresenta quando diz que nós “não encontraremos nunca o sentido de qualquer coisa (fenómeno humano, biológico ou mesmo físico), se não conhecermos qual é a força que se apropria da coisa, que a explora, que se apropria ou nela se exprime”.

Este jogo de forças, que Michel Foucault (1982/1995; 1979/2010) chamará de jogos de poder, é ponto importante para pensarmos o que seria o “corpo político” que Valverde anunciou. Foucault (1982/1995) irá chamar de “poder” uma qualidade que a força tem, que é o efeito que uma ação tem sobre uma outra ação qualquer. O que seria, por exemplo, uma professora ensinando o aluno, através de sua aula, a procurar a resposta certa para as questões do livro didático; e em casa, sem que a professora precisasse puxar a sua orelha, o aluno procuraria, através do que tem de disponível, encontrar a resposta certa.

A ação da professora teria tido efeito sobre a ação do estudante, quando este, de forma mais ou menos independente, iria executar sua própria ação. Foucault (1982/1995) dirá que isso não se trata de um “condicionamento”, apesar de apontar que essa seria a palavra mais simples para expressar o que acontece. O que se passa, de maior importância, ao estudante, não é o conhecimento, no sentido de memorizar uma equação ou outra peça de informação (Rolnik, 1993). O que o professor ensina através de sua aula, juntamente com a informação, é uma postura frente ao mundo, uma possibilidade de relação, de olhar.

Assim, o aluno quando está em casa, procurando a resposta para uma pergunta, não está apenas tentando recordar qual era a explicação, a fórmula que a professora teria enunciado e que daria conta da questão. Ele está mobilizado por algo mais sutil. É uma certeza que começa a fazer parte de seu modo de pensar, a perspectiva de que só há uma resposta para cada questão, que a verdade é somente uma, fazendo-o suar, se esmerar e exigindo um esforço de memória para recordar o “jeito certo” de responder. O seu mundo passa a ser habitado, tensionado, pelo mundo que a professora lhe apresentou. E, por isso, a ação da professora não precisa ser coercitiva, lhe basta ser contagiante para que o aluno passe a buscar deliberadamente as respostas. Ele buscará as respostas certas em tantas outras coisas da vida, nos seus relacionamentos, na postura ideal em uma entrevista de emprego, no que é ser um homem ou uma mulher. É disso que se trata a microfísica (a qual trabalharemos como “micropolítica” no próximo capítulo) e a sutileza do poder, esse jogo que não exige ações truculentas para que se tenha efeito sobre as ações seguintes, ela necessita, antes, ter um aspecto viral.

Nesse sentido, a ação sobre uma ação é produtora de modos de ser, constituindo, constantemente, formas de relação consigo e com o mundo. O corpo que se habita é também habitado. Forma-se numa trama emergente de uma enormidade de tensionamentos metaestáveis aos quais às vezes atribuímos nomes próprios, Afonso, Eleonora, Kafka, Kurt, Brasil, Saúde, Miséria.

Essa ação sobre a ação acontece até mesmo naquilo que percebemos como uma proibição ou negação de algo. Como quando denominamos algo de reprimido, como nos apontará Foucault (1976/1988) na “História da sexualidade”. Pois enquanto Freud encarava que sua época reprimia a expressão da sexualidade, Foucault visualizou que essa repressão era a própria maneira de vivenciar e expressar a sexualidade. Dito de outra forma, a negação da sexualidade seria a afirmação de que ela deveria ser ocultada e acontecer de forma discreta. Não há de fato a sua exclusão, mas o estabelecimento de uma forma bastante específica de se relacionar com ela. O esconder e o disfarçar sobre camadas e camadas de tecidos, de olhares aparentemente desinteressados, era justamente um modo de experimentar a sexualidade.

Ainda sobre os jogos de poder, precisamos considerar o que Foucault pretendia com a palavra “jogo”. Valverde (1986) percebia um caráter bélico nas relações. Quando falamos em ação sobre ações, não há aí uma passividade em que um sujeito exerce poder, enquanto outro sofreria sua ação, passivamente. Para Foucault, as relações de poder pressupõem um mínimo de liberdade e a possibilidade de resistência às ações.

Voltando à sala de aula, um professor até pode querer determinar uma série de conteúdos a serem abordados, mas os estudantes se não podem impedir que isso aconteça, no mínimo, poderão criar situações que joguem, por exemplo, com o ritmo em que isso acontecerá. Seja incomodando o professor, fazendo interrupções, pedindo que se repita uma explicação, até o “negar-se” a entender a matéria ou estudá-la em casa. Nesse campo estão em disputa o que se tornarão a aula e a sala de aula, os ritmos e condições admissíveis de ensino. É por isto que, seguindo o exemplo, estão sempre presentes em uma disputa (jogo) uma série de desejos, ideias e objetivos. A partir da genealogia podemos pensar que também o espaço público, coletivo, social, se constitui a partir do encontro de uma abundância de forças, dos vários elementos que disputam e argumentam como se deve utilizar as rodovias, para que servem, assim como as praças, seus horários de uso, a possibilidade de levar animais, jogar bola.

Esse “corpo político” que indica Valverde (1986) está em constante disputa, sua história é movediça e tensionada. O que caracterizaria a militância para o autor seria tomar a história e esse corpo político como espaço para agir organizadamente nas disputas. Construir, defender e resistir sobre territórios existenciais. Foucault (1982/1995) qualifica essa luta como um

agonismo e não um antagonismo, pois nos jogos de poder não são dois polos opostos em que um buscaria anular o outro. Em um agonismo, as forças que disputam a possibilidade de efetivarem um território interferem uma na outra, não necessitando serem da mesma natureza. Isso é, criam-se planos híbridos ao constituir uma vida, que comportam em sua costura elementos de Estado, sujeito, mercado, políticas de saúde, amizade, genética, etc.

A partir dessas leituras, buscamos trabalhar ao longo do texto com um conceito de militância política que diz respeito às ações organizadas e aos seus efeitos que colocam em disputa os territórios existenciais já existentes, que buscam destituí-los ou abrir espaço para diferentes formas de viver. Porém, colocaremos em alguns momentos em suspenso a “ação organizada” que Valverde (1986) percebe como sendo a “prática” dos movimentos. Pois apesar de uma militância poder ter um propósito, essa expressão pode nos confundir, quando nada garante que ela tenha o controle sobre o que será produzido pela sua luta; até mesmo, quando o movimento “vence” obstáculos e adversários em termos de ideologias. Isto confere importância para o pensar as lutas atuais para além de sua finalidade, do seu *telos*. Como se desviássemos o olhar dos agentes que disputavam a guerra para olhar o que se fez, o que se passou, com o próprio campo de batalha. Entendendo que, mesmo quando ambos os lados sobrevivem ao conflito, o esburacamento do território já pode apontar para a impossibilidade de locomover-se existencialmente, da mesma maneira que antes; que a militância não se limita à eliminação de um inimigo ou à conclusão de uma tarefa.

3.2 Uma militância que tropeça

Como se fosse efeito do período ditatorial brasileiro, com o seu fim em 1986, após 9 anos de escrita de um mestrado, Valverde pôde falar, justamente, sobre o silêncio forçado, da palavra roubada, que expunha “as chagas e as ausências” (Valverde, 1986, p. 11) daqueles que tiveram seus corpos torturados, e tantos outros que foram sequestrados, perdidos, nunca encontrados. Frente ao silêncio ditatorial, outro silêncio fazia resistência e se vingava do regime, a recusa do falar, do regime que impõe um dizer e o entregar companheiros, de denunciar aqueles que divergem da ordem imposta. Um silêncio compulsório e um silêncio estratégico, que pressupõe o risco da palavra ser cooptada. Falar, silenciar e maquiagem, sabiam bem os músicos durante a ditadura, de seu caráter político.

Este silêncio vai além do que pode ser o recusar-se ou estar impedido de emitir sons, vocalizações, como nos diz Pelbart (2009). Ele pode estar em uma sexualidade que não pode aparecer, um gênero que se torna desviante, o endereço considerado marginal, periférico, a cor

da pele sem emprego (Scott, 2005). Vemos na ditadura brasileira que as letras de músicas censuradas mostravam que o sujeito, para poder dizer, tinha que aprender a jogar com os limites ditatoriais, com sua cegueira, seu limite de captura, sua violência. Havia nesse sentido uma limitação de forma e conteúdo, em que nem tudo era possível de dizer, muito menos, de qualquer maneira. Sobre certas coisas era preciso silenciar, para que o crivo militar não encontrasse, nas palavras, um inimigo. Outros compunham uma canção de resistência que se esgueirava por entre brechas para ouvir-se cantar. Dessa forma, mais do que somente a fala, é a existência que sofre o risco de ser silenciada, de poder passar apenas por vias muito específicas.

Pai, afasta de mim esse cálice

De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga

Tragar a dor, engolir a labuta

Mesmo calada a boca, resta o peito

Silêncio na cidade não se escuta

De que me vale ser filho da santa

Melhor seria ser filho da outra

Outra realidade menos morta

Tanta mentira, tanta força bruta

(Buarque, C. & Nascimento, M., Cálice (Cale-se), 2013)

Esse jogo entre silenciar, silenciado, silenciar-se pode constituir um certo tipo de campo de batalha no qual os sujeitos que se percebem como “oprimidos” irão se mobilizar contra aqueles que entendem como sendo o “opressor”. Essa leitura já presente no Manifesto do Partido Comunista (Marx & Engels, 1848/2001) reaparecerá nos movimentos contra a ditadura brasileira, com a qual se pensa que o poder repressor se encontra em uma certa classe (burguesia) e grupos (grande empresariado, banqueiros e militares). Em nossa opinião, isso produz uma leitura equivocada, se pensarmos com Foucault, que existiria um lugar ou um grupo que seria “detentor” do poder. “Detentor” porque aquele que se reconhece como oprimido pode colocar-se como exterior a esse poder, como se o poder pudesse ser reduzido à sua possibilidade

de fazer dizer e calar. Um poder que é visto somente como coerção e exploração, e não como possibilidade de resistência e criação. De modo que,

[...] num movimento pendular que vai da interdição da fala à recusa tácita de todo silêncio, a palavra, antes exorcizada, surge como o elemento mágico que aparentemente capacitaria o sujeito a confrontar-se com o poder. Este “sujeito” que, em sua sujeição, se supõe antípoda do poder, e quer tecer, com sua fala e suas ações, a Palavra capaz de silenciar o próprio poder. (Valverde, 1986, p. 12)

Supondo-se à parte desse poder, o sujeito oprimido irá entender que, diferente do opressor, quando ele conta a sua história não é com motivos de manipular, enganar, mas o de fazer com que a verdade silenciada apareça. De forma a fazer com que pareça que a história do oprimido não é, também uma história constituída por uma série de fragmentos. O que faz com que se possa supor que a sua história “tudo abarca, porque diz, exatamente, que o que ela abarca é tudo que há” (Valverde, 1986, p. 12-13). Há nessa perspectiva um perceber e contar a sua militância como algo “desinteressado”, como que se sua luta fosse apenas devolver ao lugar legítimo, usurpado e roubado, aqueles que foram silenciados.

Essa parece ser uma forma de estabelecer um campo de batalha, no sentido de que essa concepção irá influenciar os modos pelos quais se darão as disputas. Se é apenas o inimigo que detém o poder, a capacidade de ser opressor, se é ele que “estraga” o mundo, parece haver uma abertura da possibilidade da eliminação do outro como uma solução. Ou que basta o oprimido destituir o opressor para que o silenciamento e as injustiças acabem.

Não somente na luta contra a ditadura, mas qualquer militante pode cair na ideia de entender que pelo fato de combater os regimes existenciais vigentes e buscar a possibilidade de criar e reconhecer o valor de outras vidas, ele não está, de alguma forma, também criando e disputando um campo de batalha, com certas prerrogativas, por mais libertárias que sejam, de como a vida deve se dar. Esse equívoco faz saltar da memória a imagem do dia 13 de março de 2016. Enquanto circulava pelo Parcão¹¹ em Porto Alegre, local em que se reuniram milhares de pessoas com a camiseta da seleção brasileira de futebol, em manifestação de apoio ao juiz Sérgio Moro. Moro, naquele momento, como o arauto da Justiça, que supostamente poderia limpar o país das ditas atrocidades cometidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), era colocado contra dois bonecos de balões que circulavam pela área, um de Luiz Inácio Lula da Silva

¹¹ Apelido dado ao Parque Moinhos de Vento, localizado em bairro “nobre”, de mesmo nome.

(Lula)¹² e outro de Dilma Rousseff, ambos com vestimentas listradas, em preto e branco, “de presidiário”. Considerar que duas pessoas ou um partido político detêm o poder e são os responsáveis pelo que acontece a um país é desconsiderar que o poder circula pelo corpo social e se agencia com inúmeras forças, sobretudo forças da esfera econômica no atual estado do capitalismo.

A divisão, por exemplo, entre opressor e oprimido, burguês e proletariado, presente no Manifesto (Marx & Engels, 1848/2001), ao reunir seus argumentos da estrutura de exploração do proletariado, do funcionamento do mercado, da acumulação capital e da tarefa do comunismo, faz emergir um campo de batalha. Suas considerações criam um campo no qual se possam disputar e pôr em questão toda a sorte de coisas. Aqueles que são permeados por seu discurso podem como que se alistar entre seus exércitos e se tornam parte do corpo militar. Abrem-se trincheiras de onde é possível defender o próprio campo de batalha. “Defender o próprio campo de batalha” quer dizer isso mesmo, não se trata, necessariamente, de avançar sobre o inimigo e destruí-lo, mas de sustentar certos elementos que colocam o corpo político em tensão e o fazem existir, no qual também poderão acontecer avanços, recuos, transformações. Esses elementos mercadológicos, capitalísticos, proletários, complexificam o campo de luta, criando diferentes frentes de batalhas, nas quais por vezes o próprio “inimigo” está capturado (mesmo que se beneficie daquele campo).

Os militantes contra a ditadura da década de 1980, segundo Valverde, haviam incluído entre suas trincheiras um estandarte revolucionário que faziam de si os “portadores da promessa do futuro”. Diz o autor, que “vive-se agora a hora do engajamento em grande escala, da massificação política, da substituição do tédio absoluto pelo entusiasmo ilimitado” (1986, p. 14). Tem-se a impressão de que as pessoas antes silenciadas, agora postas a falar por um novo modo de estar no campo de batalha, expressassem a vitória sobre o poder opressor. Ofereciam não apenas uma alternativa de futuro, mas tomavam a si como a própria voz do porvir eminente, pronto para acontecer. Há, de alguma forma, uma vitória, se pensarmos na inauguração de um espaço possível de fala, mas que tipo de campo seria aquele onde o discurso que só repete a sua convicção, sem a possibilidade de dialogar ou contagiar o outro? Sem a possibilidade de refazer a si mesmo?

¹² Presidente de 01/01/2003 à 01/01/2011.

É a pergunta que nos fazemos ao circularmos pelas manifestações das páginas do Facebook da UFRGS¹³ durante os dias de manifestação, seja sobre a Operação Lava-Jato¹⁴, a corrupção, contra ou a favor do *impeachment*. Nelas sim parecemos encontrar uma relação de poder antagônica (Foucault, 1982/1995), polarizada, onde uma certa relação de poder parece buscar a eliminação do seu opositor. Onde um agonismo parece ter dificuldade de criar híbridos. Lembramos que no próprio Manifesto, Marx e Engels (1848/2001) defendem que para a virada comunista é necessário um certo desenvolvimento capitalista, para então realizar uma torção, dentro do próprio campo de batalha. Desativar no inimigo aquilo que o faz inimigo.

Caso contrário, quando o militante crê ser aquele que trará um futuro Estado ou forma social que seria correta e justa, essa história única que está destinado a cumprir, acaba por esquecer das minúcias e de que não está sozinho no mundo, ele e seu grupo. É como se acreditasse ser movido por um *telos* transcendental, sua vida é o fazer o cumprir um destino já traçado. Uma contra-cartografia (Deleuze & Guattari, 1980/1996; Passos, Kastrup & Escóssia, 2009), se assim podemos dizer, pois ao invés de sustentar a vida a partir de vários pontos, quer fazê-la a partir de uma centralidade, de um único ponto que subjuga os demais.

As minúcias de todas as outras vidas possíveis acabam diminutas frente ao grande destino revolucionário. Seria um grande desafio, se não impossível, para esse militante que anda olhando para cima, para sua bandeira, não atropelar as outras vidas feitas pequenas. Essa marcha que atropela aqueles que seguem outros caminhos Valverde (1986) vai chamar de “beatitude revolucionária”, no sentido de que quando essa militância é questionada, quando entra em crise, começa a falhar ou produzir os mesmo efeitos que seus inimigos, “a Teoria, alguma teoria, devidamente fetichizada, se encarregará de assegurar-lhe a justeza de seus movimentos. E se porventura os fatos insistirem em não coincidir com a “teoria”, bem, como já se disse, neste caso, ... pior para os fatos.” (p. 19).

Essa teoria, essa bandeira, não se contenta em ser uma possibilidade de olhar o mundo e propor-lhe mudanças, ela tem fome de ser capaz de imprimir *a priori* o seu sentido no mundo. Assim, vemos que quando uma ação da militância “dá errado”, falha, não é a militância que é colocada em dúvida. Há sempre uma justificativa exterior que pode ser apontada, como o baixo número de manifestantes, os pelegos que ficaram em casa, o inimigo ou a mídia que sabotou o

¹³ A primeira página (<https://www.facebook.com/groups/ufrgsgroup/>) é aberta a qualquer pessoa e tem uma diversidade de posicionamentos e de utilizações. Para participar da segunda (<https://www.facebook.com/groups/grupo.ufrgs/>) é necessário autorização do proprietário e expõe a foto de Jair Bolsonaro com a frase “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

¹⁴ Investigação do Ministério Público Federal. Mais informações em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

movimento, até mesmo os próprios manifestantes podem ser colocados em descrédito para que o ideal sobreviva.

A crença que torna a militância um “fazer efetuar um ideal”, que apaga o caráter transitório da vida, a dimensão de luta entre diferenças e devires que compõem a história de tantos outros, se vitoriosa, pareceria constituir uma nova ditadura, e se perdedora, extremamente precária em conectar-se com o mundo e em constituir lutas possíveis. Valverde exemplifica o apagamento das singularidades ao compreender que a militância revolucionária (sobretudo a comunista) é marcada pelo entendimento de que as pessoas que participam do movimento são “um conjunto de células individualizadas, transparentes para si mesmas e dotadas de vontade única” (1986, p. 23). Estudantes, operários, negros, brancos são tomados como fragmentos iguais de uma mesma luta, sem especificidade de demandas.

Ocupando tais “espaços”, transformando-os em tribunas e trincheiras, o discurso “revolucionário supõe adquirir consistência social: aí o militante deixa de falar em seu próprio nome para tornar-se porta-voz de uma categoria, um setor ou toda uma classe, transformando seu projeto político – entre muitos – na suposta expressão consciente dos interesses majoritários da sociedade. O que seria o campo de organização de demandas particulares, o instrumento de lutas específicas, passa a constituir parte do “corpo da Revolução”. Instaura-se o abismo previsível entre as falas e as condutas e, pouco a pouco, se torna insuperável a ruptura entre o discurso delirante das “direções” e “lideranças” e a situação efetiva de organização e mobilização de suas supostas “bases”. (Valverde, 1986, p. 24)

A esse movimento segue o declínio de toda singularidade, de cada um dos oprimidos e de sua autonomia no movimento. Definem-se objetivos, funções, metas para o futuro que deve vir. No presente, aquilo que poderia ser feito para já ir ao encontro daquilo que é importante, inclusive individualmente, para seus integrantes, é secundário.

Quanto ao silêncio e ao falar, percebemos que a militância tem um desafio constante se ela não quer repetir a opressão. E aqui não nos parece que a “opressão” possa ser evitada, isso é, quando percebida como um dos efeitos possíveis das relações de poder. O embate entre diferentes militantes e sujeitos pela afirmação de uma existência produzirá, sempre, desvios e entraves. Não podendo e não devendo evitar um encontro com o mundo, a afirmação de uma

existência que produzirá choques. Os quais só poderá olhar se não se supuser perfeita, se puder olhar e dar lugar àqueles que participam do seu movimento e, até mesmo, de ouvir seus inimigos, que por vezes podem estar corretos sobre algumas questões e ter algo a nos dizer.

Não parece possível pensar a militância através da inocência, no sentido de buscar teorizar um modelo que somente produziria benefício a todos e prejuízo zero. Tampouco nos parece que por esse motivo deva ser descartada. Percebemos que a pressuposição de uma inocência, de estar à parte do “poder”, como se esse fosse uma coisa em si maléfica poderia, inclusive, justificar um atropelamento geral de outras formas de vida. Que essa suposição cria um certo modo de constituir o campo de batalha que tem a ver com a história enquanto origem, no sentido que ignora que: inimigos e aliados são múltiplos; que a luta não é vencida em uma batalha, em um único golpe (seja para depor uma presidente, seja para barrar uma PEC); e que o próprio movimento é composto de muitas forças.

3.3 Militar, mesmo com tropeços

Essa “beatitude revolucionária”, que faz com que o militante não perceba que ele também produz fechamentos ao propor um certo mundo, era justamente o que criticávamos cerca de um ano atrás e que vamos aos poucos percebendo de maneira diferente. Como, também nós, com um ideal de “purificação” da militância, almejávamos e gostaríamos de eliminar toda e qualquer forma de “fechamento existencial”, que víamos acontecer, em especial, quando a militância considerava que o mundo pelo qual ela lutava era “melhor” e “mais justo” do que aquele que combatia. Pois esses adjetivos “melhor”, “mais”, nos remetiam ao niilismo negativo nietzschiano (Giacoina, 2014), que fariam do militante, mesmo quando a sua causa fosse a de construir outro mundo, ignorante frente as outras formas de vida, já que impunha o seu modo de organizar uma sociedade ao assumir que somente sua visão teria a legitimidade da razão.

Nesse sentido, procurávamos por uma militância ideal que fosse uma incessante desconstrução do mundo atual, como se isso fosse uma permanente desconstrução da opressão, de tudo aquilo dá um limite à vida. Sem perceber que essa era uma idealização que ignorava a importância de uma luta que avança no campo de batalha, mas que também se dedica nesse caminho a levantar estruturas e marcar lugares de onde não quer recuar, que sirvam de refúgio e ponto de encontro quando um ataque inimigo aconteça.

Lembramos da palavra de ordem: “Nenhum direito a menos!”, que nos serviu e serve como instrumento de guerra contra políticas econômicas como a PEC. Podemos com esses direitos adquiridos montar uma barricada e apontar na batalha: “veem esse prédio? Veem aquela

escola? Aquela unidade básica de saúde? É isso que está em risco se essa PEC passar!”. Bandeiras imperfeitas fincadas ao solo contra uma patrula¹⁵ de um capitalismo que só dialoga com cifrões.

“Nenhum direito a menos” era extremamente incômodo ao nosso pesquisador-militante, pois era o anúncio de uma luta pela defesa dos limites atuais. Como iriam os movimentos se contentar em apenas manter a condição atual? Parecia óbvio que “somente” defender era a expressão da falta de apetite por um outro mundo; que somente defender seria a derrota das militâncias, já que, sem avançar, parecia que somente poderíamos recuar, perder território.

Lembramos de Deleuze (1968/2006b), em *Diferença e Repetição*, como uma crítica à postura do pesquisador-militante. No qual expõe que repetir, experimentar o mesmo mundo novamente pode conter uma potência criativa, enquanto um constante variar pode produzir mesmice. Pensamos imediatamente no quanto repetir os direitos previstos na Constituição de 1988 fez com que pudéssemos variar o que entendíamos por saúde, educação, assistência social, justiça. Que repetir incansavelmente a descentralização da saúde pôde combater o modelo hospitalocêntrico; que ao repetir incansavelmente a Reforma Psiquiátrica criou-se continuamente demanda para que inventemos outros modos de cuidado, que prescindam da estrutura física manicomial. De modo que reconhecemos, agora, uma importância na fala da colega pesquisadora-militante (que comentamos no início do texto), que interrompeu a reunião para dizer que teríamos que falar sobre a Reforma Psiquiátrica; uma luta que inclui a repetição para variar o momento atual.

É importante que cuidemos aqui para não fazermos simplesmente um avesso do posicionamento que tínhamos antigamente. Facilmente poderíamos sair de um discurso no qual entendemos que “nenhuma luta que proponha um mundo vale a pena, pois todas acabam limitando a vida” para afirmarmos que “todas lutas são válidas, porque de qualquer forma, todas operam com algum limite”. Seria fácil, a partir de um critério de limite, dizermos que todas as militâncias são iguais, como se o próprio limite que elas produzem criassem o mesmo tipo de mundo. Como se as paradas de “Orgulho LGBT” lutassem pelo mesmo mundo que a parada de “Orgulho heterossexual”, ou que os movimentos “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam) produzissem o mesmo tipo de fechamento que movimentos de “White supremacy” (Supremacia branca).

¹⁵Expressão para “trator”.

Nesse sentido vamos percebendo que uma militância precisa se utilizar, pelo menos em alguns momentos, de um fechamento, da construção de um limite que se não resolve todos problemas, pelo menos pode conquistar um mundo minimamente mais flexível.

Dessa forma vamos desconstruindo uma militância idealizada para um arriscar-se a militar, na qual

Temos de nos abrir aos paradoxos propostos por Fernand Deligny: projetar ausências de projetos que permitam o crescer das teias. E, depois, cuidar das teias que surgem e se tornam novos projetos para que estas permitam outras teias ainda. Temos de nos dedicar ao abandono. Temos de nos salvar da salvação. Mas se nos dedicamos em demasia para tais tarefas paradoxais, nos tornamos reféns do paradoxo e sua força destruidora, reduzindo-nos a profetas escatológicos que anunciam constantemente a falência dos projetos (já que, sabemos, todo projeto é falido por princípio e sempre sucumbirá ao seu próprio peso civilizatório). (Costa, 2016, para. 17)

Uma trágica e terrível saída para a militância é ela não ter saída (salvação), ter que jogar com aquilo que detesta e com aquilo que ama. Rompendo ciclos de mesmice que a aprisionam, para, logo mais, ensimesmar-se novamente.

Nesse trágico destino de não podermos sair de uma certa condição de sempre podermos, novamente, inesperadamente, produzirmos enclausuramentos, encontramos nas Zonas Autônomas Temporárias (TAZ) uma forma de pensar a militância que dialoga com as experimentações de um território e seus endurecimentos. Sendo ela

uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-la. (Bey, 1985, cap. 2¹⁶)

Poderíamos dizer: “Ah! Mas se essa rebelião se dissolve antes que o Estado a esmague, ela tem um mecanismo para não falhar, para não endurecer e, portanto, se salvar”. Quanto a isso, dizemos que não, não é disso que se trata a dissolução dessa rebelião. Hakim Bey (1985)

¹⁶ Neste documento utilizamos a formatação de citações e referências indicada pela sexta edição do Manual de Publicação da Associação Americana de Psicologia. Portanto, nas referências que não possuem paginação, indicaremos os capítulos ou parágrafos em que a citação pode ser encontrada.

entende que antes de ser um modo de salvar um movimento, é necessário desfazê-lo porque ele está fadado, como comentou Costa (2016), a sucumbir sobre seu próprio peso.

Liberar uma área significa, portanto, em alguma medida, colocar em suspenso certas normativas que fazem emergir uma certa relação com o mundo, para que possamos experimentar outras aproximações com aquilo que podemos chamar de economia, família, sexualidade, razão, alegria, o que for. De maneira que essa zona autônoma é espaço que não foi necessariamente planejado, mas que pode se dar em algum momento, em um grupo de estudos, em alguma vizinhança, numa propriedade rural. Porém, sua duração é indeterminada, pois o “Estado” que a esmagará, que acabará com essa zona experimental, não precisa ser o Estado brasileiro, por exemplo, mas um Estado qualquer pode brotar dentro da própria rebelião, arrefecendo o movimento e condensando leis, modos de agir, condutas esperadas. Quando talvez se transformaria em algum movimento que lute contra um outro Estado, a favor de algum Estado.

Mas esse esmagamento também pode vir de fora da TAZ, de um Estado que já considera deveras subversivas as suas experimentações; onde percebemos duas formas para sua eliminação. Por exemplo, uma TAZ de produção e distribuição agrícola que funciona fora dos padrões do mercado, das normas de saúde, pode funcionar muito bem até que o Estado a descubra e estabeleça regras fixas de como ela deva acontecer (que devem ser seguidos certos padrões de qualidade, pagamento de imposto, licenciamento) ou a “destrói” (seja pela contratação de vigilantes que averiguarão sua continuidade, a quebra dos equipamentos utilizados, prisão dos participantes, ou até mesmo com a morte dos produtores).

Por isso, Hakim Bey (1985) defende que assim como sua liberação de áreas, a TAZ também constitui-se a partir da sua capacidade de desaparecer e de permanecer invisível. Tão logo o Estado a descubra e se faça presente, ela está ameaçada. Sendo que o Estado, entendido nesse momento como uma instância regulatória e fiscal das relações, ou como o “estado fixo” das relações, pode surgir de dentro da própria TAZ, perdendo sua potência inventiva, a TAZ atravessada pelo sistema regulamentador do Estado. Mas para o autor, esse momento que encerra a TAZ não é um momento de “fracasso” do movimento, seu sucesso está em, justamente, pelo tempo possível, criar espaço para a experimentação existencial. Que a partir de seu movimento, ela pode ter lançado germes que modificaram em algo o Estado, ou a vida das pessoas que dele participaram.

A TAZ é particularmente interessante como forma de enfrentamento de um Estado, um social, uma cultura tirana que elimina a vida que foge de seus padrões. Como nem sempre, diz

Hakim Bey (1995), é possível combatê-los diretamente, há que se criar formas de resistência nos pontos cegos do próprio Estado, sem que ele perceba a existência daquilo que não aprova. Mas a TAZ pode ser surpreendente mesmo para aqueles que dela participam, se o que ela faz é “liberar” uma área, não se trata de ir até ela para simplesmente implantar um outro modo de fazer algo, como se fosse um “Estado paralelo”. Não é acabar com os protocolos de um manicômio para viver uma burocratização dos serviços que o substituem, liberar uma área de saúde mental é lançar usuário e trabalhador (possivelmente deslocando essas próprias posições) em uma construção permanente¹⁷ do cuidado. Disponibilizar-se ao imprevisível de uma militância sem *telos*.

Essa sensação vertiginosa de um não saber o que vai acontecer a seguir, de não ter um protocolo de como agir, é uma das marcas das ocupações. Quando o Instituto de Psicologia foi ocupado, algo foi posto em suspenso. Não era somente um prédio que se ocupava, mas um edifício onde trabalhavam funcionários terceirizados, técnico-administrativos, professores, empresas com licitação para uso do espaço (como lancherias e reprografias). Ao tomar o prédio, ao liberar essa área de seus usos e seus tempos cotidianos, todas as relações que perpassavam aquele espaço se tensionavam e não tinham de imediato uma forma de resolução para os seus conflitos.

Professores queriam acesso a suas salas e seus materiais; funcionários terceirizados tinham seus contratos a cumprir; a biblioteca tinha seus afazeres com os livros; aulas tinham seus cronogramas; uma empresa de reforma tinha seus prazos. E o Instituto de Psicologia tinha perdido a sua utilidade rotineira. Nem mais o chamávamos de IP, ele havia sido renomeado para Instituto de Psicologia e Serviço Social (IPSS), que reconhecia seus ocupantes de ambos cursos.

Se por um lado não estávamos invisíveis ao Estado, como é proposto a uma TAZ, tampouco ele próprio parecia saber o que fazer das ocupações, o que também tornava a sua ação imprevisível. Portanto, ficávamos atentos às notícias, de vigilância nas portas aguardando uma eventual visita da polícia ou de movimentos de oposição. Tínhamos tido sucesso na liberação-ocupação da área, mas a qualquer momento um Estado poderia bater à porta, querendo reestabelecer a ordem. Assim, tomávamos medidas defensivas. Requeríamos documento de identidade à porta e permitíamos acesso dos não ocupantes ao saguão somente quando aconteciam atividades; pedíamos que não fossem tiradas fotos, que eventualmente pudessem

¹⁷ Quando falamos de uma permanente (des)construção não queremos dizer que toda a forma criada é imediatamente abandonada. Mas que não há um tempo mínimo e máximo para experimentar os objetos emergentes.

ser utilizadas como argumento para um pedido de reintegração; forrávamos as portas de vidro com cartolina para não se saber de fora o que acontecia lá dentro; montávamos vigia durante a noite, para segurança e alertas emergenciais.

Produzíamos, nesse embate, dois movimentos na ocupação. De um lado, compúnhamos uma frente nacional com a ocupação de mais de 220 câmpus nas universidades brasileiras, contra a PEC, Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido. Queríamos interferir no Estado e disputar com seus governantes qual seria o seu futuro. De outro lado, para que o combate fosse possível, desativávamos convencionais relações com salas de aula, com o prédio e com o tempo cotidiano, fazendo com que naquele espaço, em diferentes locais e horários, os ambientes se tornassem quartos, salas de dança, de grupos de debate, salas de cinema, espaço de silêncio (para ficar só), depósito.

Lembro-me da sensação de acordar no primeiro dia, no meio da sala de aula, com duas dezenas de colchões somente naquele ambiente, em meio a pessoas ainda um tanto desconhecidas. E, ao descer as escadas e chegar no saguão de entrada, sentir-me como quem entra na sala de estar de um bom amigo.

Essa experiência retira o pesquisador-militante da sua costumeira maneira de olhar para aquele saguão. Preenchido de uma sensação potente e sem palavra, ao ver aquele espaço um tanto morto, um tanto sem graça nos seus encontros anteriores, se encher de vida, transformando-se em lugar de súbitas permanências. Sendo pela manhã, local de desjejum. Que em seguida era espaço de discussões; à noite virava local de assembleia; de passeios insones pela madrugada; de rodas de violão; de conversas despreziosas; de conversas pretensiosas, para conhecer aqueles estranhos que passavam a dividir aquele teto. Para além dessas “praticidades”, o saguão se tornava um espaço de luta, de afeto, de desentendimentos, de cansaços, risos. Havia sido liberado espaço para o saguão pudesse ser mais do que um saguão.

O que gostaríamos de destacar com esse fragmento é que a *Ocupa Psico e Serviço Social* precisou, para estabelecer o seu movimento militante, se jogar em um espaço indeterminado para poder começar a lutar. Isso é, havia uma urgência que convocava os estudantes a se colocarem contra a PEC, contra um Estado e contra um futuro. Mas não parecia haver espaço suficiente no cotidiano para que essa luta pudesse acontecer. Como anuncia o Comitê Invisível (2014/2015), há uma saturação das velhas formas de lutar, como a greve, e há uma descrença na possibilidade da revolução, enquanto movimento que poderia mudar de maneira geral o modo como as pessoas se relacionam com o Estado.

A luta exigia uma liberação de espaço, de tempo. Pois não sabíamos exatamente como combater. Precisávamos nos dedicar a estudar a legislação, a estudar economia, entender a

conjuntura nacional... Tínhamos que ler e fabular alternativas ao Estado que se apresentava. E como muitos de nós estávamos participando de uma ocupação pela primeira vez, precisávamos nos inventar, inclusive, como ocupantes. Talvez, ironicamente, nos aproximávamos de uma zona autônoma por não estarmos preparados para estar naquela situação. A maioria de nós, como aponta Souza (2016), havia crescido nas décadas de 1990 e 2000, em anos de “verão”. Não tínhamos vivido a ditadura brasileira, nem a Guerra Fria para termos um certo repertório de como agir.

Com a PEC aprovada no dia 25 de outubro de 2016, na Câmara dos Deputados e seguindo para o Senado Federal, não havia possibilidade de nos prepararmos. Assim, com a urgência de salvar algo do país, não tínhamos tempos de salvarmos a nós mesmos de possíveis equívocos e incoerências. Precisávamos lutar, imediatamente, de alguma forma.

3.4 Movimentos de esquerda e direita

Entendemos que a distinção entre direita e esquerda pode ser perigosa para falarmos de qualquer movimento. Mas, nas manifestações de 2016 eram justamente as palavras “esquerda” e “direita” que eram utilizadas e dividiam a cidade de Porto Alegre entre Parcão e Redenção¹⁸. Como se nos embates políticos somente houvessem essas duas posições possíveis, gostaríamos de explorar esses termos para podermos olhar as manifestações, seus efeitos e suas propostas a partir de uma dimensão sensível. Uma dimensão que não diz respeito a partidos políticos.

Deleuze, em sua entrevista com Claire Parnet (1995), aponta que ser de direita ou de esquerda é mais discreto do que ter um devir revolucionário, por dois motivos. Primeiramente, porque ser de direita ou esquerda seria uma questão de percepção. Usando o endereço postal como metáfora, Deleuze nos diz que estar à direita é tomar si mesmo, sua pessoa como medida e referência, para perceber o mundo. Como uma gota que cai na água e a partir do centro, com suas ondas, vai se direcionando para as extremidades, afastando-se de si. A trajetória do olhar de direita seguiria uma lógica que vai do eu à cidade onde estou, ao meu país, aos outros países e aí por diante. Tomando o eu, si mesmo, como ponto de referência, privilegiado, Deleuze

¹⁸ Estas duas praças foram cenários de diferentes manifestações ao longo de 2016, o já citado Parcão abrigava movimentos de camisas verdes-amarelas, com demonstrações de apoio a Sérgio Moro, ícone herói, a favor do impedimento de Dilma Rousseff, contra partidos de esquerda, nomeadamente o PT; assim como homenagens à Brigada Militar, à “Ordem e Progresso”, o fim de programas assistenciais como o Bolsa Família; enquanto no Parque Redenção, localizado entre os bairros boêmios do Bom Fim e Cidade Baixa, abrigou manifestações contra o impedimento, contra a condenação de Lula (indiciado por Moro) e as políticas de Michel Temer; a favor do aumento de políticas públicas. O que fazia, grosseiramente, com que o Parcão fosse visto como um lugar de “direita”, enquanto a Redenção reunia a “esquerda”.

coloca que um sujeito europeu se perguntaria dessa forma: “como podemos fazer para que essa situação perdure?” (“*G comme Gauche*”), isso é, como fazer para que a Europa se mantenha nesse lugar econômico, cultural, de mais valia frente aos países periféricos? Como fazer para que o terceiro mundo continue afastado, longe deles, nesse movimento ondular que os afasta do centro?

Ser de esquerda seria praticar o movimento oposto. Perceber primeiramente a periferia, as bordas, o mundo, e então o continente, o país, minha cidade, minha rua, e finalmente, eu. Fazer o movimento ondular inverso, de forma que aquilo que está distante se aproxime e interrogue, passe a constituir o “centro”. É nesse sentido, em relação aos milhões de pessoas que ainda morrem de fome, que Deleuze diz preocupar-se e lutar contra, não é uma questão moral, mas perspectiva. Não é necessário ter uma boa alma solidária para mover-se com essa questão, pois “ser de esquerda é saber que os problemas do (*terceiro*) mundo são mais próximos de nós do que os problemas de nossa vizinhança” (Parnet, 1995, “*G comme Gauche*”).

E com esta frase, pensamos ter algo que convoca aquele de esquerda a “se meter onde não foi chamado”. Não por que ele saberia como resolver aquela situação, Deleuze adverte que simplesmente dizer algo como “que no terceiro mundo devem reduzir a taxa de natalidade” seria apenas reafirmar o lugar europeu como centro, que seu modelo de mundo é o melhor. A convocação se dá ao perceber que eu faço parte daquilo que acontece ao meu redor, que aquilo que acontece ao redor faz parte de mim. Seja gostar de pagar barato por um produto e ter acesso porque foi feito na China sob condições de trabalho que não aceitamos aqui, ou pagar barato pela carne de frango produzida de forma extenuante, que adoece, nos frigoríficos brasileiros¹⁹.

Em segundo lugar, ser de esquerda para Deleuze é uma questão de devir, de nunca acabar um processo de tornar-se outro, um contínuo devir minoritário. A “maioria” não expressa uma maior quantidade, como no número de votos em uma eleição, ela pressupõe um padrão. E no ocidente o padrão é: homem, adulto, heterossexual, urbano. Esse efeito de maioria produz nas relações um efeito gravitacional de ir em direção ao padrão. O que na experiência daquele que aqui escreve fica muito claro, ao ter sido muitas vezes o único aluno homem da sala, durante a graduação, e ouvir as professoras nos chamando de “os alunos”, “os estudantes”. O “masculino” era o padrão de linguagem, mesmo em meio a trinta mulheres, incluindo a professora. O que nos surpreende é que Deleuze (Parnet, 1995) dirá que esse padrão é vazio, ele é um molde, e portanto, ele não é ninguém. Antes do que ter existido uma pessoa que

¹⁹ Surpreendeu-me, enquanto estagiava em um CAPS, entre 2009 e 2010, que grande parte dos usuários do serviço haviam trabalhado na mesma empresa e buscavam cuidados devido ao sofrimento que a rotina e as condições de trabalho exigiam.

houvesse sido tão maravilhosa que inspirasse a todos a ser como ela, a maioria, o padrão, é um lugar a ser ocupado, um ponto de referência que pode estabelecer quão perto estamos do modelo. Lembramos da crítica de que não fomos criados à imagem e semelhança de Deus, mas que deus foi criado à nossa imagem e semelhança. Um artifício.

Na esquerda, no devir minoritário, o sujeito é interpelado por algo que o arranca da sua experiência padrão, colocando-o em um movimento que o faz reconstruir-se a si mesmo ao desfazer um padrão que subjugaria sua experiência (Deleuze & Guattari, 1980/1997). Porém essa experiência, segundo os autores, é diferente do fazer parte de uma “minoría”. Que apesar de haver minorias de judeus, negros, mulheres, um devir minoritário fala da desconstrução dos próprios padrões que também se colocam sobre as minorias. Que as mulheres também teriam que devir-mulher, um negro teria que devir-negro, um judeu, devir-judeu. E que esse devir-mulher não desloca somente a mulher de sua experiência, mas também as outras minorias, os outros padrões.

Caso contrário, as próprias minorias ficariam impedidas de um devir e produziremos, por exemplo, modos de ser mulher a serem consumidos e sob os quais a minoria mulher pode ser avaliada, julgada. No que poderíamos pensar um modelo no bela-recatada-e-do-lar²⁰ (Linhares 2016), assim como padrões de beleza, modos de se vestir, o quanto podem beber. Entendemos que Deleuze (Parnet, 1995) coloca em questão que a esquerda tem a ver com um devir minoritário, de um transformar-se contínuo, enquanto a maioria, com seu padrão, fala da tentativa de alcançar uma existência estática. É nesse sentido que ele afirma que a maioria é ninguém, enquanto que a minoria é todo mundo. Não sendo uma questão numérica, todos estamos em contínua transformação, enquanto ninguém consegue de fato deixar de mudar, todos contemos o devir minoritário.

A militância, mesmo que se proponha a uma esquerda, vai produzir efeitos diversos de fechamentos e aberturas (Valverde, 1986). Se como aponta Deleuze (Parnet, 1995), não se trata de uma moral boa ou ruim inerente ao militante, mas de perspectivas que estão em operação, ao olhar para a militância, para um movimento, e classificá-los a partir de um único momento de sua ação, deixaríamos de poder olhar para quais efeitos aquela ação produz, assim como rapidamente atribuiríamos uma classificação “de direita” ou “de esquerda” ao que acabou de acontecer.

Se já não cremos em formas puras e se Deleuze (1992) nos alerta que o fascismo não pode ser extirpado da existência, simplesmente por não haver motivos para que ele não

²⁰ Reportagem da revista Veja que descreve Marcela Temer, casada com Michel Temer.

aconteça, não só analisar a militância é um desafio como militar se torna um ato complexo. Considerar que sua causa tem valor dá força de afirmação e possibilita a criação de um mundo, mas também carrega em si um germe de fascismo à espreita.

Isso poderia ser uma condenação da militância, se não aceitássemos a possibilidade de que erros e incoerências também podem lhe servir de ferramenta. Já que, a militância perfeita talvez seria uma militância em busca de um padrão, e que o “erro” pode ser justamente o que a faz desviar do caminho que a faria autoritária; que faz com que se dê conta de que seu caminho não era o único possível. Pensamos que correr com a militância pode significar acelerar o encontro com o devir, apesar de tornar difícil perceber no que pisamos. Para termos mais tempo para olhar ao redor, para perceber a periferia, para acompanhar devires minoritários, parece que precisaríamos constantemente ensaiar passos, mais lentos e mais rápidos. Isso tudo sem esquecer que à nossa direita, outros também não param de marchar.

Se não se trata de uma moral, também não podemos simplesmente considerarmo-nos bons ou maus, não há algo que nos eleve à condição de santos. Campo de Luta, produção de vida e produção de fascismo. Com Dunker (2016) e Souza (2016), percebemos que é essa “incoerência” que vai ser o desafio global, assim como no Brasil pós-ditadura, pós Constituição de 1988. De que não há mais um espaço para onde fugir, não há um país ou uma parte do globo em que poderia se dividir e isolar a população dos que querem um sistema neoliberal ou comunista. De certa forma, é um corpo único, o do Estado e o do mundo, onde movimentos de direita e esquerda irão dividir e disputar territórios. Sobre o que esse novo tempo que vem explodindo nos últimos trinta anos, Souza (2016) lança o desafio para as diversas militâncias, e que é muito pertinente à academia: frente ao fracasso da URSS (Santos, 2002; 2017) em fundar um novo Estado e mantê-lo, do avanço do capitalismo, é necessária “uma problematização que se recusa a sair da esquerda, mas que também de dentro dela se recusa a recair nos endurecimentos e entristecimentos” (p. 156). A militância enquanto campo de batalha; a direita e a esquerda não como coisas, mas como movimentos, perspectivas, que não se derrotam, mas que disputam território; exige-nos a invenção e atenção constante de estratégias, de movimentos bélicos. E mais do que isso, ação.

4 TENSIONAMENTOS EM TEMPOS DE BIPODER

Você suprime todas minhas estratégias
 Oprime todas as partes de mim
 O que você não sabe é que você também é uma vítima
 Senhor Carcereiro

Você não se importa com o que penso
 Se eu morrer, outro irá trabalhar para vocês
 Por isso você me trata como um escravo moderno
 Senhor Carcereiro
 (Asa, Jailer, 2009)

4.1 Fazer viver

A afirmação de que “o poder tomou de assalto a vida” (Pelbart, 2008, p. 01) nos desperta um incômodo e nos põe em estado de alerta. Não pelo fato de os jogos de poder produzirem modos de viver, mas porque a frase de Pelbart explicita que em algum momento, um modo de exercer poder priva a vida de uma certa coisa, transforma a vida, suas filigranas, em alguma outra coisa. Perguntamo-nos, se hoje o poder está tomando de assalto a vida, como seria anteriormente a relação desse com a vida? E, além disso, do que é que a vida está sendo privada?

Foucault (1997/1999) designa de poder soberano, o modo de exercício do poder que precede aquele que é mais comum em nossos tempos. Ele nos dirá que esse poder se exerce a partir da possibilidade de “fazer morrer ou de deixar viver” (p. 287). Isso porque a vida e a morte não são percebidas, nesse momento, como intrinsecamente ligadas a fenômenos naturais, mas antes a uma disposição do soberano em causar ou não a morte daqueles que lhe desagradam. Como contra o soberano, seja ele um rei ou um senhor feudal (e por que não, o senhor do engenho) não há um direito ou um saber que coloque em questão a vida e a legitimidade de retirá-la daqueles abaixo de si, é por meio da possibilidade de causar a morte que o soberano governa. Seu “poder consistia num mecanismo de subtração ou extorsão, seja da riqueza, do trabalho, do corpo, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a vida” (Pelbart, 2008, p. 04).

Percebemos com Foucault (1979/2010; 1997/1999) que paralelamente ao poder soberano, uma outra forma de poder irá ganhar espaço desde o século XVI e maior consistência a partir do século XIX. O “biopoder” precede e se entrelaça com o início do “Estado”, no sentido de que este, antes do que abarcar diretamente um certo regime de leis, um território fixo e bem delimitado, e com uma nação que elege seus representantes (como em um Estado democrático), ele diz respeito à “Estatística”. A Estatística, inicialmente marcada como inventariação dos recursos do reinado, inaugura um outro olhar, não somente de exploração, mas da administração dos recursos do reino. De forma que se passa a realizar o estudo e o levantamento das quantidades de terras, de seus campos férteis, o número da população, de milícia, taxas de morte e natalidade, a topografia; assim como o estudo das terras adjacentes e rivais, afim de estimar os possíveis resultados de um conflito.

A vida que antes era extorquida, explorada e descartada passa aos poucos a ser percebida como objeto de investimento, sendo mais vantajoso - econômica e militarmente – cuidá-la. A leitura que Foucault (1979/2010) faz de “O Príncipe”, de Maquiavel (publicado em 1532), nos mostra que há um interesse crescente dos governantes em se mostrarem como seres “bondosos”, preocupados com a população, como uma tentativa de alterar a relação entre o soberano e seus súditos. Pois, se antes eles lhe obedeciam por medo, por sua possibilidade de causar a morte, posteriormente o controle da população vai se dar a partir da possibilidade de o governante proteger a vida. É a partir da criação de estratégias de cuidado e otimização da vida, cuidando da sua saúde, educação e segurança que veremos surgir essa outra forma de exercer o poder, que designamos de biopoder. Ao invés de somente fazer morrer e deixar viver, é um “fazer viver e deixar morrer” que paralelamente vai ganhando espaço.

Somam-se a esse cuidado com o território, em uma distinção didática daquilo que compõe o biopoder, o poder disciplinar (anatomopolítica) e a regulamentação da vida biopolítica (Foucault, 1997/1999; Passetti, 2013). De forma que o governo biopolítico se dedicará a um cuidado extensivo, populacional, enquanto a anatomopolítica se exerce na vigilância e controle individual. Se tentássemos visualizar esse movimento no Brasil, poderíamos pensar o plano biopolítico como próximo às ações e legislações estatais que atravessam a população como um todo, como nas campanhas nacionais de vacinação, os movimentos sanitaristas do início do século XX, que “limpavam” a cidade, derrubavam cortiços, alargavam ruas, no estabelecimento de salário mínimo, uma base curricular nacional, idade para estudar, trabalhar, se aposentar e toda uma série de moralidades-normativas advindas e legitimadas pela medicina e mídia na condução da vida. Sem buscarmos olhar o poder, a biopolítica, como algo necessariamente “mau”, “ruim”, “perverso”, percebemos que ela, ao

mesmo tempo em que se propõem a cuidar da população, investe nela recursos que poderão ser explorados; como um banco investe para lucrar ao máximo num futuro próximo.

É o que vemos nas recentes campanhas publicitárias sobre a Reforma do Ensino Médio, que se apresenta como uma forma de aumentar os índices de desempenhos internacionais alcançados pela educação brasileira, de possibilitar que o estudante ao concluir o ensino médio possa ir direto para o mercado de trabalho e que ele terá liberdade para decidir sobre a sua formação, de acordo com uma suposta vocação e desejo do estudante²¹. É sobre o que nos alerta Guattari e Rolnik (1996), sobre uma falsa liberdade de escolha, quando os produtos a consumir e os caminhos a serem experimentados já estão definidos pelo ofertante. O cuidado é a própria estratégia de gestão da vida da população.

Já a disciplina expressa um cuidado individualizado, na medida em que, por exemplo, na unidade básica de saúde, teremos um prontuário por pessoa ou família, de forma que um profissional que poderá acompanhar o estado de cada sujeito e quão próximo ele está de um ideal: “muito gordo, muito anêmico, postura ruim, braço forte, poucos vegetais nas refeições, muitos carboidratos”. Na escola, uma chamada que controla sua presença e ausência, a progressão nos conteúdos, seu comportamento (detalhados por pareceres e não apenas por notas), a relação com colegas, conformação familiar, se masca goma. Ou na fábrica, um supervisor que confere se os parafusos estão bem apertados, se o ritmo é adequado, se o cabelo está ajeitado, o tempo passado no banheiro.

Biopolítica e disciplina são transversais uma à outra, pois o conteúdo programático do professor e sua conferência com o aprendizado dos alunos se compõem com as bases curriculares nacionais, as médias nacionais, populacionais, dando sentido aos escores e desempenhos individuais, que também conversam globalmente; com provas, índices, taxas e competições internacionais. IDH, PIB, taxas de emissão de carbono... É na expressão “governamentalidade” (Foucault, 1979/2010), a percepção de que é possível governar, de que as práticas de poder não são apenas destrutivas, de morte, mas também afirmativas e produtivas, no sentido de criarem modos de existência, que encontramos o sentido de biopoder.

Sobre o impacto de sua emergência, gostaríamos de destacar dois pontos. Um deles levantado por Pelbart (2008), quando afirma que o foco de investimento na vida como objeto de cuidado acaba por desvalorizar a morte, o que pode ter um efeito nefasto quando a morte se torna “anônima, insignificante” (p. 04). Essa perda de valor e importância deixa, como na expressão de Foucault, “morrer”. A perda de valor, sua desvalorização, como aponta Foucault

²¹ Vídeos disponíveis em: <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao>

(1997/1999), é efeito do deslocamento para um “fazer viver”, pois a morte não podendo ser de fato evitada (o biopoder tenta regular a taxa de mortalidade, de adoecimento, mas não pode ter controle sobre a morte em si), deixa de ter um investimento “público”, não somente no sentido do setor público estatal, mas público como aquilo compartilhado socialmente. Efeito que o autor percebe com o término da espetacularização da morte, nas execuções públicas, como no progressivo desaparecimento dos rituais de luto e comícios funerários. A morte passa, aos poucos, a ter um caráter privado, que não diz respeito ao coletivo. Sendo aí que nos parece possível ignorar a morte de quem passa fome, de quem dorme na rua, daquele que é fuzilado em uma favela, na abordagem policial, de quem está amontoado em uma cela de presídio. Aquelas vidas que já não possuem aos olhos do Estado e do Mercado, um valor a ser extraído, apropriado, as faces mais fáceis de localizarmos o “Homo Sacro” de Agamben (1995/2010), aquele que é exceção à lei, que pode sofrer sanções à revelia do que fora contratado socialmente.

Esse deslocamento faz parecer que a morte diz respeito somente àquele que morreu. A morte como evento privado, como algo que não é um acontecimento coletivo, que ressoa no coletivo. Lembro-me com isso da sensação-constatação comunicada por um amigo, que após viver alguns anos em Porto Alegre enunciava que: “para aguentar a vida aqui é necessário ignorar os mendigos, senão tu pira”. Essa frase carrega algo de uma violência velada e possível que persiste no cotidiano, da qual é preciso desviar para continuar com a vida “normal”, produzindo um distanciamento entre a vida dos que vivem e a morte dos que morrem. São rumores de uma batalha muito peculiar, de gritos silenciosos e silenciados, tambores “surdos”. “Pirar” seria olhar à esquerda e reconectar vida e morte.

Outro efeito que pensamos surgir juntamente com uma prerrogativa do “fazer viver” é o de que se estabelece uma nova política de guerra, com a qual e na qual a militância precisa jogar. Se não é mais possível matar “gratuitamente”, sem alguma justificativa, somente para mostrar poder, se estabelece um novo modo legítimo para lidar com a vida e para governar. Essa forma, que é a “defesa da vida” (Foucault, 1997/1999), parece hoje abominar a violência, não somente aquela que leva à morte, mas o confronto com a polícia, as vidraças, lojas e bancos quebrados, as pichações, até mesmo o lixo deixado depois de uma manifestação.

A violência, é claro, ainda é amplamente utilizada. Mas é considerada legítima, e perde o adjetivo de “violência”, quando se justifica a partir da necessidade de fazer algo para defender a vida, na qual percebemos as constantes guerras exercidas pelos EUA, dentro e fora de seu país. No Brasil, com a “pacificação” das “favelas” no Rio de Janeiro, com a Força Nacional

presente em Porto Alegre, ou em manobras econômicas, como o corte de gastos primários²² para proteger as metas fiscais. Não há como afirmarmos que a morte cessou de ser utilizada como mecanismo de controle se ela continua acontecendo diariamente, globalmente (Comitê, 2014/2015). É preciso perceber que ela, em tempos de biopoder, deve acontecer uma forma específica.

Não parece à toa que nas manifestações brasileiras, desde 2013, se ouvem os gritos: “sem violência!”. Ela não pode ser exercida pelos manifestantes, pois é refutada tanto pelos que participam do movimento como por aqueles que são alvo da ação. Que essas manifestações podem ser facilmente capturadas pela mídia e revertidas contra os próprios militantes, como nos aponta Souza (2016), sobre as manifestações anarquistas, que eram voltadas contra o Estado (qualquer Estado) e foram apresentadas por veículos de informação como manifestações “contra o governo PT”.

A marginalização da violência, como um efeito que coloca para fora do grupo “legítimo” aquele que a exerce, parece ser parte do mecanismo que faz certa violência ser desqualificada. De forma que o tiro do assaltante é ilegal, enquanto o do policial não o é; que a fome que rouba uma maçã é presa; que o picho não pode, mas o outdoor fica à vista; que uma arquitetura agressiva inviabilize o uso de bancos, marquises e viadutos como abrigo para quem está na rua, mesmo que acabe inutilizando esses espaços; que balas de festim e bombas são atiradas por tropas de choque, enquanto a população não pode, para revidar, se defender com lixeiras, pedras e máscaras para respirar.

É a partir daí que a expressão antes referida, da “vida tomada de assalto” (Pelbart, 2008), ganha sentido, pois não é a vida que cada um gostaria de ter e fazer para si que é defendida, que não pode ser violentada e que tem valor. O que se defende com o “fazer viver” é a docilidade do corpo, isso é, a percepção de que ele é constituído de um tecido flexível e ao mesmo tempo “enrijecível”, conformável. Esse “corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1975/2009, p. 132).

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o

²²Gastos primários são as despesas orçamentárias que o governo emprega para executar seus serviços (construções, pagamento de salários, compra de materiais, etc.). Enquanto gastos secundários é a parcela do orçamento voltada para pagamento da dívida externa ou interna (Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política, & Plataforma Política Social, 2016).

conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado. (Foucault, 1975/2009, p. 131)

A proximidade da origem da palavra “soldado” de “militante”, em que ambas compartilham a origem latina “*militare*” (Ferreira, 2004), e essa concepção de um corpo que se faz viver para poder ser aproveitado como um recurso, nos deixa em alerta. Será que hoje buscamos constituir um corpo militante do qual pudéssemos “extrair” sua força de luta? Souza (2016) nos indica que a militância brasileira na década de 1970 era bastante permeada por valores judaico-cristãos, o que fazia com que seus manifestantes muitas vezes se doassem sem limites ao movimento, colocando-se à disposição da causa. O que em certa dose, em certos momentos, poderia ser necessário para enfrentar uma ditadura. E hoje?

Como a própria Souza (2016) e Augusto (2016) nos dizem sobre os movimentos de junho de 2013, é que eles tivera certo aspecto “ingovernável”. Que aquele movimento não foi outro senão o de uma “revolta”, nas palavras de Augusto, do qual não era possível reunir uma pauta em comum, uma causa única que havia levado as pessoas na rua. O que havia, era uma insuportabilidade que levava uma multidão às ruas por todo país. Como poderia ser possível governar o insuportável?

Durante as ocupações algo parecido parece ter se repetido. Apesar da PEC como pauta comum e estarmos, na *Ocupa Psico e Serviço Social*, ligados de alguma forma ao IPSS, as pessoas que ocupavam vinham de grupos e tinham histórias muito diferentes umas das outras. Éramos mulheres, homens, gays, lésbicas, trans, héteros, empregados, desempregados, brancos, negros, de descendência africana, europeia, indígena, professores, alunos, participantes de movimentos trans, feministas, negros, pela saúde, pela educação, assistência social, fim da violência policial, da pobreza.

Não queremos dizer que essa diversidade em si é incapaz de ser apropriada por um fazer viver, por um certo discurso estatal, ou de qualquer outro grupo que fosse oposto às ocupas. Pois cedo ou tarde, como vimos com Hakim Bey (1985) sobre as TAZ, o Estado encontraria uma forma de submeter os ocupantes à sua lógica (de reestabelecer a universidade como apenas um lugar de ensino de certo currículo), de exterminá-los, retirá-los através da violência. Como aconteceu com as ocupações da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na qual a Justiça Federal (2016) classificou o movimento (aprovado em assembleia geral com a participação de cinco mil estudantes) como um “sequestro” do patrimônio e exigiu a reintegração de posse.

Antes de concebermos um “fazer viver” incapaz de tornar aquela diversidade utilizável ou descartá-la, entendemos que há uma diversidade não consegue caber em certas propostas de vida que ainda presumem um padrão, no qual podemos ter o homem, branco, heterossexual de classe média. Mas também, algo que não cabe nos referenciais teóricos que circulam entre as disciplinas, na continuidade de um eurocentrismo do conhecimento.

É-nos particularmente interessante questionar o movimento desse “assalto” que Pelbart (2003) nos mostra ao comentar que “o capitalismo não teria acarretado, como se poderia pensar, uma privatização da medicina, mas ao contrário, uma socialização do corpo” (p. 55). Pois é a “socialização” que traz para a discussão e para a regulação, no plano coletivo e público, como o corpo pode e deve ser conduzido, executado e cuidado. A socialização retira justamente o “direito” do sujeito de usar seu corpo como bem entender, pois seu corpo, seu pensamento, não são mais seus. Pensamos que aqui encontramos um insuportável para a diversidade que está à esquerda do padrão.

No momento em que o foro privado é socializado, um Estado, com seus mecanismos biopolíticos e disciplinares, é autorizado e convocado para regular aquilo que aparece. Mas não somente o Estado, o corpo e a vida publicizados também se tornam objetos de investigação e intervenção da Psicologia, Fisioterapia, Arquitetura, Medicina, Química, do Estado. Cada um podendo criar, sofisticar, cada vez mais os padrões a serem adotados, a um grau tal que a possibilidade de como viver já está dita. Vemos uma exacerbação do padrão apresentada por Hakim Bey (1985), na cena “O Jantar”, de S. Pearl Andrews, o qual não nos parece distante da atualidade, e portanto, lemos com certo riso e espanto:

Suponha que o intercurso da sala de estar seja regulado por uma legislação específica. Que o tempo permitido para cada cavalheiro dirigir-se a cada dama seja fixado por lei; que as posições que eles possam sentar ou ficar de pé sejam precisamente reguladas; que os assuntos sobre os quais eles tenham permissão de discorrer, e o tom de voz e os gestos que cada um possa fazer, sejam cuidadosamente definidos, tudo sob o pretexto de evitar a desordem e a violação dos privilégios e direitos uns dos outros. Poder-se-ia conceber algo melhor calculado e mais certo de converter todo intercurso social numa escravidão intolerável e numa confusão sem esperança? (O Jantar, para. 3)

Entre a violência de um “fazer viver” que busca administrar a vida para torná-la “útil”, utilizável, não vemos como possível reduzir as ocupações a uma manifestação contra a PEC,

assim como em 2013 os movimentos nas ruas não se reduziram à contrariedade do aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus (Augusto, 2016; Souza, 2016). Há em nossos tempos um perigo do qual nos alerta Santos (2002), com os Estados “Democráticos”, onde os governantes são eleitos por votos. Do voto como pacto de confiança que um outro, que elegemos, tem legitimidade para organizar a sociedade. Que nos retiramos de um lugar político de disputa por outros modos de vida quando entregamos os problemas e soluções cotidianas a esse eleito. Podendo ser um presidente, mas também um policial, um professor, um psicólogo. Com todos esses saberes, não é mais necessário um soberano para governar, seus mecanismos de controle se tornam mais sutis, mais “democráticos”. A ironia presente na Reforma do Ensino Médio ao divulgar que o estudante terá liberdade de escolher o seu futuro e lhe apresentar cinco opções de futuro. A ironia de uma Escola sem Partido que quer evitar a “doutrinação” dos professores e coloca em risco a possibilidade da discussão crítica sobre a política e sobre o Estado.

4.2 Corpo, Estado e Mercado

Assim como o corpo humano se torna um terreno de disputas, não sendo algo que está pronto e dado, para Deleuze e Guattari (1980/1997), o próprio Estado e o Mercado são também, antes que uma estrutura fixa, compostos por uma trama de discursos que fabulam e efetivam seus corpos estatais e mercadológicos. Fazendo com que nos perguntemos sobre como os seus aparelhos sensíveis de captura, de “fazer viver”, de jogos de poder, se compõem com àqueles corpos que denominamos como “humanos”.

Sem ser um corpo algo que se reduz à sua dimensão física, no sentido daquilo que se pode tocar com as mãos, rasgamos as suas dimensões para visibilizar a sua condição híbrida, relacional, inacabada, emergente. Desensacando o corpo humano da sua pele (Deleuze & Guattari 1980/1995; 1980/1996), veríamos que ele se compõe de seus ossos, do seu DNA, de seus músculos, mas também pelo calor emanado pela rua por onde passa, pela pressão atmosférica que constrange a sua forma, pelo eletromagnetismo que mantém os seus átomos aproximados, pela luz que lhe atravessa pela retina, pela sua possibilidade cognitiva, pelo pensamento sobre si mesmo, pelo atravessamento do olhar do outro, por experiências esquecidas e por aquelas que retornam, pela ideia de ser um sujeito e de ter um “eu”, pelas normas e morais que endurecem a sensibilidade, pelo cheiro morno da chuva em dias quentes, pelo ano e pelo lugar em que se encontra, pelo lugar que supõe não se encontrar, pelo valor do seu salário e pelo preço dos tomates, pela cotação do dólar e por ser filho de fulano.

Esse corpo de fronteiras múltiplas é um corpo-teia sempre a tremular. Tecido por uma série de relações que lhe dão certa sustentação existencial, habitados por corpúsculos (os pontos citados acima que produzem pontos de conexão na teia), que pouquíssimo se aproximam daquilo que poderíamos chamar de “eu”, no sentido de uma identidade sólida e acabada, ou uma interioridade imutável. Esse “eu” se aproxima mais da singularidade da sua costura vital de um corpo do que de um sujeito independente e solitário no mundo. Onde aquilo que habita o corpo, os corpúsculos que compõem sua rede, tensionam o corpo como uma espécie de instrumento musical. No qual as linhas esticadas entre, por exemplo, macho, heterossexual, machismo e uma mulher que passa ao lado na rua, produzem uma forma de existência, uma tonalidade, muito específica.

É nesse tensionamento que o corpo, entre seus corpúsculos, ganha vibratibilidade (Rolnik, 2003), fazendo com que aquilo que encosta nos seus fios se faça sentir por toda rede, produzindo as notas de relação com o mundo mais diversas, maternais, jurídico-legais, loucas, colegiais, apaixonadas, policialescas, autoritárias, humanas, hierárquicas, leves, embriagadas...

Essa artesanaria, o fazer a costura da trama, nos dirá Rolnik (2015), é responsável por constantemente fabular soluções entre duas experiências que compõem a subjetividade²³, as quais chamou de “sujeito” e “fora-do-sujeito²⁴”. Sendo a experiência do “sujeito” aquela da “cartografia cultural vigente. Em outras palavras, quando vejo, escuto ou toco algo, minha experiência já vem associada ao repertório de representações de que disponho e que, projetado sobre algo, lhe atribui um sentido” (Inconsciente Colonial-Capitalístico, para. 1). O “sujeito” compõe essa importante parte que também permite um certo pacto comum para o viver em sociedade. Uma certa similaridade entre nossas tonalidades, nossos tensionamentos e costuras.

Já a experiência “fora-do-sujeito”, que não está fora do corpo-teia da subjetividade, mas que difere das tramas que compõem a experiência do sujeito, fala das

forças que agitam o mundo enquanto corpo vivo e que produzem efeitos em nosso corpo em sua condição vivente. Tais efeitos consistem em outra maneira de ver e de sentir aquilo que acontece em cada momento... Somos tomados por um estado que não tem imagem, nem palavra, nem gesto... não se trata da experiência de um indivíduo, tampouco existe a distinção entre sujeito e objeto, pois o mundo “vive” em nosso corpo.

(Rolnik, 2015, Inconsciente Colonial-Capitalístico, para. 2)

²³Utilizaremos “subjetividade” como sinônimo do “corpo-teia”.

²⁴Destacamos que é um fora do “sujeito” e não da subjetividade.

Isto é, a porção “fora-do-sujeito” coloca o corpo-teia em crise porque a sua experiência com o mundo não cabe nos modos já produzidos pelo sujeito, provocando-o a criar novas ligações, novos híbridos, esgarçando o mapa existencial já traçado, desativando corpúsculos e fazendo com que novos apareçam. Como na experiência cartográfica, há algo que vem passando pelos buracos da teia, raspando em seus fios, mas a sua configuração ainda não é capaz de capturar o que se passa. O sujeito não consegue se conectar, traçar uma linha até esse ponto ainda indefinido que provoca sua teia. Conseguir perceber esse novo elemento é já constituir um novo corpo-teia, pois o que vem a aparecer pode ser uma outra forma de família, de relação com o dinheiro, de caminhar na rua, de sentir o frio do inverno.

É então, o sujeito, com suas tramas preestabelecidas e que habitava aquele corpo, que está sendo colocado em questão e está em jogo. Nesse momento de desestabilização, Rolnik (2015) aponta que o “desejo” é convocado, como aquilo que é responsável para produzir um novo equilíbrio, uma nova teia, conciliando as duas experiências em novas formas de existir.

Sendo que essa inauguração de modos de existir só é possível quando há uma suportabilidade e acolhimento desse momento de desestabilização, dessa experiência do “fora-do-sujeito”. O que se torna bastante difícil em tempos de biopoder, em um “fazer viver”, onde são defendidas determinadas formas cognitivas, sexuais, de vestir-se, de amar, de estudar. Que produzem a patologização da não heterossexualidade, falas que justificam um estupro pela roupa utilizada, pelo imperativo da monogamia, nas relações verticais entre professores e alunos; e lembramos de Paul Preciado (Pelbart, 2013), que denuncia a redução do corpo ao biológico, ao DNA, onde apenas tipos XX e XY (o restante, é desvio) são reconhecidos como marcadores para sexo, gênero e seus comportamentos esperados. É o que vimos com a direita deleuzeana (Parnet, 1995), na qual se estabelece uma unidade central que se afasta das experiências que diferem de “si mesmo”, dessa trama já conformada do sujeito.

Não sendo capaz de acolher a experiência do “fora-do-sujeito”, Rolnik (2015) dirá que a subjetividade vive o encontro com isso que não está visível, que não tem palavra, como desagregadora. A sensação que o sujeito tem é a de que se ele desfizer um dos pontos de sua teia, ela se desmanchará por completo. Dito de outra forma, há um sujeito tão necessitado de certezas, dependente dos padrões, que ele sente que é a sua vida que está sendo ameaçada quando algo sugere que a sua forma de se relacionar com o mundo não é a única, que poderia ser de outro jeito.

Dessa forma, o desejo não poderá realizar essa recostura criativa, mas ainda precisará lidar com esse desconforto que aponta para o sujeito que aquilo que ele é, já não serve mais. Momento propício, segundo Rolnik (2015), para que o mercado, na sua dimensão de oferta e

consumo de bens, ofereça um produto já pronto, um certo diagnóstico, uma dieta, uma religião, uma teoria que reconforte e aquiete o sujeito. Isolado na experiência do sujeito, a subjetividade é sempre convocada a produzir novos padrões, sem que seja preciso colocar de fato a sua existência em questão, passando a ser ele uma espécie de funcionário desse mercado. Recriando a sua dieta para a barriga perfeita sem colocar em questão seu modelo de barriga; modos de passar uma cantada sem questionar o próprio flerte; ou, como gostaria o próprio autor da dissertação em seu projeto inicial, achar forma militante perfeita, sem colocar em questão o que significa procurar por essa perfeição, a procura do padrão, da salvação anunciando que nunca mais precisarmos mudar.

Esse “si mesmo” à direita, que utilizamos como representante de um padrão legítimo para existir não quer dizer que só há um único padrão. Pois haveria os padrões dos “homens cultos”, “homens macho”, homens para casar”, estilos de tênis para quem ouve metal, para quem anda de *skate*, para festa, para o dia a dia, para “quem gosta de mato”. O que Rolnik (1997) apresenta como uma “toxicomania identitária”, ávida pelo consumo de “um lugar” que possa diminuir o ritmo da vida como processo de contínua transformação que produz desestabilização. Na qual, sem tempo e suportabilidade para criar-se um modo de existir, encontramos uma saída nas várias mercadorias à disposição, em lojas, grupos, teorias, mas que nos distanciam justamente disso que é o outro, que está à esquerda de si, tornando o sujeito pouco sensível à sua realidade.

Podemos, agora, retomar ao “insuportável” de outro ponto. O que é que não encontra suporte? Ou, o que não pode ser suportável? Essas perguntas são um desafio para as militâncias, que lemos entre Rolnik (2015) e Souza (2016). Sem querer fazer um simples dualismo, mas nos parece importante pensarmos dois lados do insuportável. Um deles, à direita, na sua produção de padrões, mesmo, dizem as autoras, nos partidos políticos de esquerda, sem espaço para abraçar uma subjetividade que esteja disposta a viver a experiência do “fora-do-sujeito”. Pois isso implica, uma insaciedade que não cabe em modelos de Estado fixos; em relações de mercado que se guiam somente pelo dinheiro; em formas fixas de ação política que tenham sempre os mesmos objetivos, os mesmos alvos.

De outro lado, as ocupações falam de um insuportável no corpo dos próprios militantes. Mas o que querem, o que fazem com esse insuportável? É nesse ponto que encontramos a pergunta que interessa às autoras e a nós. O insuportável em si é um padrão que não encontra lugar entre os outros padrões já disponíveis, ou o que fazem as ocupações, é produzir padrões para que outros possam consumir e se enquadrarem?

O que nos aponta Rolnik (2015) é que sem conseguirmos subverter uma lógica que somente reconhece a experiência do sujeito, a militância está fadada a conseguir alguns, caso vença nas suas disputas, diminuições de desigualdades econômicas e sociais. Porém, sem conseguir se colocar à esquerda, experimentar a experiência de “fora-do-sujeito”, ela continuará produzindo marginalidades, produzindo desigualdade, perpetuando um “fazer viver” que seja condizente com seus padrões.

A militância deve estar atenta a uma macropolítica, pois ela produz exclusões, desigualdade, violência, morte. Mas precisa também se dedicar ao cuidado micropolítico que aparecem nas TAZ (Hakim Bey, 1985), para que os sussurros de um mundo que já compõem nossa subjetividade, que compõem a subjetividade de quem está a nossa volta, possa nascer. Escutar um mundo que ainda não fala por palavras.

4.3 Ocupar-se do mundo

Apesar de percebermos o Estado como uma rede, na qual não existe “um” lugar do poder, que o jogo de forças se dá na articulação entre pontos da teia, há como que um canto da sereia que atrai para a figura de Michel Temer e de seu governo, a atenção dos militantes. E se há um insuportável no cotidiano que esmaga a vida, ele parece para as ocupações de 2016 girar no entorno de três faróis com nomes de PEC, Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido, como se fossem o problema-solução para aquilo que não se suporta.

Se por algum momento a proposta da PEC pareceu absurda o bastante (sensação que tinha aquele que vos escreve) para ser rejeitada pela Câmara dos Deputados, especialmente com a baixa popularidade de Michel Temer, é com a sua aprovação no dia 25 de outubro e envio ao Senado Federal, que percebíamos que de fato ela poderia ser aprovada, fazendo com que na noite de 31 de outubro,

Nós estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ocupamos o prédio do Instituto de Psicologia, após deliberação em assembleia geral na qual representantes de toda a comunidade do IP (incluindo técnicos, corpo discente e docente) participaram.

Nossa ação busca somar-se às ocupações em âmbito nacional e também unificar e fortalecer os movimentos de ocupação de outros cursos da UFRGS. Nossa luta é contra a PEC 55 (antiga 241), que congela os investimentos em setores sociais como a saúde,

educação e segurança, assim como a MP 746/2016, que reformula o Ensino Médio e a PL Escola Sem Partido²⁵. (*Ocupa Psico e Serviço Social*, 2016)

Lembro-me de minha primeira anotação, no primeiro dia que participava da *Ocupa*: “Me faltam olhos para ver”. Faltavam vários olhos. Olhos para ver com mais detalhe as legislações; olhos para ver o jogo político; olhos para ver as brechas nas quais pudéssemos plantar dinamites e fazer explodir aquele momento; olhos para entender o que era uma ocupação; olhos para ouvir o que era a nossa luta embaixo daquele teto; e me sobravam dois olhos, que não haviam sido feitos para aquele momento; olhos que rolavam soltos entre as órbitas, confusos. Sensação que se assemelha com a de que me “falta boca” para falar sobre o que foram as ocupações, pois o que me toma é a vontade de dar conta desse momento, e o ímpeto de estar correto repousa nas pontas dos dedos que encostam no teclado. Uma vontade de escrever uma história bonita do que se passou.

De fato, não é uma única boca que poderá falar o que aconteceu, pois como narrar a complexidade de um movimento que levou à ocupação de mais de 220 *campi*²⁶, das quais também participaram professores, funcionários técnico-administrativos, terceirizados e a comunidade? Como falar de um movimento que transmite a sensação de avalanche, de uma tensão crescente com as recentes reformas do governo federal, que já desembocavam em manifestações por todo país, em cerca de mil ocupações secundaristas (UBES²⁷, 2016) (sem dúvida inspiração para os movimentos universitários)? Como também falar do desmonte do Estado que era proposto, e que ainda hoje avança?

Respiro e recorro a sensação esmagadora ao estar indo para Porto Alegre no dia três de novembro, sentado no ônibus. Iria para a casa de um amigo, pernoitar e aproveitar a necessidade de estar cedo na cidade para lhe fazer uma visita. A ocupação no Instituto de Psicologia, “meu” prédio, já havia iniciado há três dias, mas eu não havia cogitado participar dela. Até iria no dia seguinte “dar uma passada”, para ver como aquilo estava acontecendo. Mesmo assim, a sua lembrança não deixava que a viagem seguisse em paz. “Covarde!”, “covarde” espetava o pensamento. Pois era óbvio que o país, o meu país, onde espero viver, estava sob grave ameaça. A PEC em tramitação, já aprovada na Câmara dos Deputados, dava um largo passo para a

²⁵ Trecho que corresponde à primeira nota pública da *Ocupa Psico e Serviço Social*, divulgada na sua página do Facebook e disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaufrgs/posts/188902451562304>

²⁶ É preciso considerar que em cada *campus* poderiam haver mais de um curso envolvido na ocupação. No caso do *campus* Saúde da UFRGS podemos citar que estavam envolvidos, em diferentes prédios, os cursos de: Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Saúde Coletiva, Comunicação Social, Biblioteconomia e Fonoaudiologia.

²⁷ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

impossibilidade do Estado manter os seus serviços, diminuindo seus investimentos, já insuficientes; a Reforma do Ensino Médio anunciava com a sua proposta de formação para o mercado de trabalho a falta de compromisso da educação pública com algum tipo de instrução que se importasse em pensar que a vida não se resume ao trabalho; e um Programa Escola sem Partido que vê em quem é de “esquerda”²⁸, perversidade, e defende que o sexo deva ser tratado “em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero” (Art. 2º, parágrafo único).

Não havia possibilidade de me esquivar, a tragicidade do momento fazia disparar uma mensagem de celular que avisava meu amigo: “desculpa, não poderei ir aí hoje, o país está pegando fogo”; fazendo com que, no mínimo, naquela noite, nosso autor se juntasse ao movimento. Foi um momento difícil para um militante de cidade do interior, muito acostumado aos movimentos protegidos dentro da universidade privada de sua graduação, expor o seu corpo. Era diferente, inclusive, de participar de uma manifestação na rua, em forma de passeata ou marcha, porque ali ele poderia se esconder em meio à massa, estando presente e ausente ao mesmo tempo. Ocupar um prédio fazia com que ele não pudesse sumir, fugir. Ocupar-se significava abandonar o imediatismo cotidiano, em que sempre há algo por fazer, algo em atraso, ou tarefas a serem concluídas em certo tempo; significava abandonar o tempo do relógio em favor de um tempo do próprio campo de batalha a se desenhar.

Um dos efeitos desse deslocamento do tempo na *Ocupa* foi a liberação do seu andar restrito à cronologia, aos segundos, ligado ao tempo da origem, torcendo o campo de batalha ao abrir a possibilidade de incluir a sua dimensão histórica (Valverde, 1986; Foucault, 1979/2010). O que nos possibilitou uma abertura para enfrentarmos o tempo cotidiano, do sujeito, aquele em que utilizamos as respostas que já estão prontas e à disposição na nossa rede (Rolnik, 2015). No qual, poderíamos rapidamente dizer, quanto ao jogo político, que “está tudo na mão das grandes empresas”; “o jogo está comprado”; “são capitalistas/neoliberais/individualistas que não ligam prá ninguém”; “só ligam pro dinheiro”; “que essa é uma estratégia para privatizar o setor público”. Exemplos que podem estar corretos, mas de que forma esse pensamento nos ajuda a agir?

Adicionar a história, no seu sentido genealógico, parece necessário para que as formas de resistência tenham maior efetividade e para que tenhamos tempo para cartografar a rede que constitui globalmente ou localmente, sistemas de produção de pobreza, violência, exclusão. Se há algo que podemos pensar com a ascendência e a emergência é que não basta atacar aquilo

²⁸ Recomendamos uma visita ao site ”<https://www.programaescolasempartido.org/>”.

que aparece, aquilo que emerge. Por exemplo, do que adiantaria atacar aquilo que poderíamos chamar de “presidente”, sem que também ataquemos aquilo que lhe confere estabilidade em seu lugar. Seguindo esse exemplo poderíamos lançar uma pergunta, qual é a rede que consegue manter um presidente que propõe e aprova projetos de lei com vinte anos de duração, mesmo tendo somente 10% de aprovação popular (G1, 2017)?

Da mesma forma é preciso cartografar e costurar redes de apoio para a resistência. Qual é a possibilidade, quais recursos se tem para combater aquilo contra o que se luta? Durante as ocupações era possível ouvir diferentes professores avisando: “cuidado”, “vejam por onde vão”, “não se arrisquem”. Por vezes essas falas soavam para nós com um tom de um professor falando para seu aluno o que ele deveria fazer, o que causou algumas tensões e desentendimentos durante a ocupação. Mas esse gesto também falava de uma prevenção contra o ímpeto que Souza (2016) anunciou sobre as militâncias durante a ditadura, de sacrificar-se pela causa. Do fervor com o qual nós, jovens militantes, poderíamos nos lançar em nossas ações, sem bem avaliar a capacidade de executá-la, seus possíveis ganhos e perdas.

Torcer o tempo cronológico em história permite justamente ensaiarmos uma cartografia do campo de batalha. O que não significa que antes não houvesse um lugar de disputas, que nenhuma ação política era realizada e que dele não participávamos; apenas que poderíamos estar utilizando mapas ultrapassados, que as táticas de guerra neles desenhadas podem ter caducado, que sozinhas não possuem força suficiente para o enfrentamento.

Rolnik (2015) e Deleuze (Parnet, 1995) indicam que os padrões e modos prontos de ser sujeito, que o campo pelo qual uma esquerda/militância poderia lutar, onde outras formas de vida aparecem, não está dado. O que está pronto é um campo da direita, que é o campo que todos utilizamos para circular pelo mundo, com nossas ideias costumeiras, em nossos ideais, nas relações de trabalho já formatadas, em amizades mornas, nos preconceitos. Assim, nos parece ser necessário que, não somente sejam mapeados os campos da direita (inclusive das militâncias de esquerda endurecidas), mas que também se inventem mapas para a esquerda. Desativar mapas à direita, cortando, bloqueando as linhas que lhe dão suporte; abrindo linhas desconhecidas, topologias inéditas, onde o inesperado, o outro, a margem, possam passar.

Esse parece ser um desafio não somente para as novas militâncias, pois isso poderia torná-la solitária. É preciso, como aponta o Comitê Invisível (2014/2015), reunir, costurar uma diversidade de pontos para que uma ação tenha efetividade, o que inclui o saber acumulado de outras militâncias. No que a greve ainda poderia nos ajudar? Quais ruas que podem fazer bloqueio? Qual efeito que as marchas exercem, e os partidos políticos, e os sindicatos? E onde

ficam as ocupações, que ponto nesse mapa poderiam ocupar? Que tipo de articulação ou desarticulação com mapas velhos e novos elas podem ter?

5 UMA LUTA MICROPOLÍTICA

Não estatize, meu sentimento,
pra seu governo, o meu estado,
é independente
(Legião Urbana – Baader-meinhof Blues, 2009)

5.1 O corpo padrão em crise

Desço e começo a conversar com as pessoas, toca-se violão. Por fim, conversamos até às 06:00, sobre minorias, sobre movimentos negros, homossexuais, feministas, das dificuldades de quem não tem grana. Como me parecem necessárias essas conversas, pois como comentaram, eu posso até saber do racismo, mas não o sinto, e esse espaço coletivo cria um corpo de passagem do qual me sirvo para perceber essa outra realidade. (Trecho do diário do pesquisador)

Ficar em uma ocupação não foi fácil e tampouco tranquilo. Escolho dizer isso sem rodeios, sem enfeitar a escrita. Aquele que vos escreve é contra o racismo, o machismo, a homofobia, mas isso não quer dizer que o nosso pesquisador-ocupante reconheça na totalidade os seus racismos, machismos, homofobismos; em outras palavras, os seus preconceitos.

Ele, sendo um exemplar do padrão deleuzeano (Parnet, 1995) do homem, branco, heterossexual, classe média, teve permitida durante sua vida, a transição pelo espaço urbano sem muitos impedimentos. A cidade era, de certa forma, a sua cidade. Recebido sem desconfiança nas lojas, sem olhares atravessados ao caminhar de mãos dadas com uma garota pela rua, andando sem medo de ser estuprado, sem problemas para pagar as contas.

Na *Ocupa*, o seu corpo entrava em questão juntamente com esse “corpo padrão” que habitava, pois as suas linhas de circulação e de pensamento cotidiano não encontravam a mesma tranquilidade para transitar entre aqueles dias entre outubro e dezembro de 2016. Entre as 69 atividades²⁹ que aconteceram na *Ocupa*, sete delas eram diretamente sobre a PEC, enquanto as demais versavam sobre diversos temas, como: negritude, movimentos militantes, aborto, gênero, direitos humanos, movimento indígena.

²⁹ Nos referimos as atividades divulgadas na página do Facebook da *Ocupa Psico e Serviço Social*.

Isso fazia com que o território no qual circulava não fosse aquele do homem branco, heterossexual, de classe média; o que causava desconforto, ou até mesmo, uma certa sensação de violência contra seu corpo. Como se para adentrar naquele espaço, tivesse que tirar os calçados e andar com os pés nus entre um mar de cacos de vidros. Cada passo, dado em que seus pés eram beliscados pelas finas lâminas daquele espaço, denunciava que o pesquisador-militante possuía um corpo, um corpo-teia que o colocava desde muito em uma relação muito específica com o mundo.

Foi precisamente em sua primeira noite na ocupação que um dos vidros cortou-lhe fundo a carne, explicitando que aquele espaço não se reduzia a uma tentativa de desarticular a PEC. Nesta noite, ouviu de um dos seus colegas negros, a descrição daquilo que ele mais temia ao caminhar de madrugada pela cidade: “cruzar em uma rua deserta por um desses tipos alemães, brancos, altos, de cabeça raspada” (sua fala foi mais extensa, mas tento sintetizá-la naquilo que marcou o pesquisador-militante). Uma figura caricatural que lembrava um neonazista, como provavelmente, aqueles que nos seus encontros cotidianos mais lhe agrediam. Mas que também descrevia nosso pesquisador-ocupante: alto, branco e careca.

Essa cena é um momento precioso para aquele que vos escreve, assim como para pensarmos a potência de uma ocupação. Para o pesquisador-militante, aquele instante constituiu uma espécie de “corpo de passagem”, com o qual pela primeira vez, ou, da maneira mais intensa até hoje, foi catapultado para experimentar algo do que significava para aquela pessoa, ou para tantas outras, ser negro. O que significava para si estar em um mundo branco, onde ele, não estando no espectro padrão, era passível de sofrer violência, simplesmente por ser quem era.

Essa experiência de proximidade com o outro faz o corpo-teia se expandir, como uma espécie de nova cartografia que evidencia a existência do “branco” no pesquisador-ocupante, mas também do “negro”, que estava omissa na sua experimentação enquanto “sujeito” no mundo (Rolnik, 2015). Não que ele se tornasse ou passasse a se considerar negro. O negro em si, se assim podemos dizer, desnaturalizava e evidenciava a sua branquitude, fazia possível uma experiência “fora-do-sujeito” que percebia que a sua subjetividade, o seu mundo, era composto por uma série de outras vidas que passavam por si, invisibilizadas, emudecidas, caladas.

Isso é, para nós, um indicativo do porquê dentre tantas atividades na *Ocupa*, apenas sete delas serem relacionadas à PEC. Não se trata de desconsiderar os impactos da economia na vida cotidiana, mas que, de pouco adiantaria uma economia melhor se um negro ainda for morto pela cor da sua pele, ou se uma mulher ainda for estuprada em decorrência do machismo. A questão dessas lutas pode passar pelo Estado, mas não é somente o Estado o problema, assim

como não seria ele a solução, pois não há decreto possível contra o machismo, a homofobia, contra preconceitos que eliminam uma outra vida.

O combate possível, como diria Rolnik (2015), não está apenas na macropolítica, mas também na micropolítica, no âmbito em que o desejo, a experiência do sujeito e fora-do-sujeito são colocadas em questão. Na possibilidade de não consumir apressadamente formas de ser homem, branco, heterossexual que só servem para afastar-se do outro com uma certeza de poder dizer “não sou mulher, não sou negro, não sou gay”. Nesse sentido, uma luta micropolítica com a possibilidade de uma relação com o mundo mais criativa e menos defensiva.

Abraçar essa experiência pode ser doloroso, como para o pesquisador-militante, ao se ver como o outro do outro. Percebeu que era branco e que isso não era somente a cor da sua pele, era também a cor da sua existência, era a cor dos seus olhos que viam um mundo branco e sentia um mundo branco. Se os militantes podem transplantar a sua bandeira para as suas córneas (Vasconcelos & Paulon, 2014), colorindo o mundo à base de sua luta, perguntamo-nos: não estaria o pesquisador-militante, e tantos outros, envolvidos em um fino véu de branca transparência? De tantas outras transparências, através das quais parecemos ver perfeitamente, sem nunca enxergar o outro?

Doloroso foi ver-se como agressor sem ter agredido. Ver-se usuário de um véu racista mesmo sendo contra o racismo. Doloroso perceber que o corpo do pesquisador-ocupante que desliza tranquilamente pela rua pode causar o medo da morte, o medo do estupro, sem querer e sem perceber. Pois o racismo não estava só em seu pensamento, mas em todo o “deixar morrer” daquele que ele não vê, daquele que “não lhe diz respeito”. E é doloroso, pela terceira vez, perceber que nosso pesquisador-militante, depois daquele momento, voltaria a andar na rua e se sentiria novamente seguro, ou mais seguro do que se fosse negro, mulher, homossexual, que se esqueceria com frequência que era branco. Mas não na ocupação.

Por isso, estar na ocupação era para si como andar por cima de cacos de vidro. Aquele pequeno espaço de terra liberado (Bey, 1985) alterava o cenário cotidiano em que as minorias são invisibilizadas e atropeladas. Ali, o pesquisador-ocupante sabia que “pisar” nos cacos de vidros faria seu pé sangrar. Não com ataques físicos reais, mas porque naquele espaço os “cacos” não tinham nada de “caco”, de descartável, de algo quebrado, sem valor, pelo qual se passa por cima sem perceber; porque naquele espaço o padrão que estava fusionado à imagem do branco, heterossexual, homem, era desfeita.

Certamente não era somente o corpo do nosso pesquisador-ocupante que entrava em crise e era provocado a ocupar um outro lugar naquele cotidiano. A experiência de ser uma mulher branca era interpelada pelas diferenças de ser uma mulher negra, e vice-versa; as

diferenças entre ser gay e branco e ser gay e negro se chocavam e exigiam a construção de outros ouvidos; o movimento feminista se debatia com o movimento de mulheres transexuais na desconstrução de um estereótipo e na busca do reconhecimento de um espaço existencial; o movimento indígena ressaltava um outro processo de exclusão que era diverso daquele que o negro sofria.

Toda essa diferença é potente para o desmonte e a denúncia da “cartografia cultural vigente” (Rolnik, 2015), que homogeneiza o branco, mas também a mulher, o negro, o trans, o indígena. Uma “cacografia” proveniente da cacofonia dos diversos fragmentos de vozes que insistentemente apontavam a irreducibilidade a um único olhar para o feminismo, no sentido de que há diferentes lutas a serem enfrentadas por mulheres brancas e negras, que a exclusão que o negro sofre não é a mesma exclusão perpetrada contra o indígena. Portanto, buscar uma luta com uma única bandeira, uma unidade, um padrão liso, redondo, não fragmentário seria ignorar que prerrogativas machistas, econômicas e políticas afetam a cada um de maneira diversa. Uma única cartografia não perceberia as nuances das conexões estabelecidas por cada corpo-fragmento.

Essa cacografia não aconteceu em nenhum mapa que desenhamos em algum papel. Não que isso não pudesse ter acontecido e parece inclusive uma tática experimental válida, a construção de mapas que cartografem como diferentes corpos entram em diferentes disputas no cotidiano. O que provavelmente, como vemos percebendo, apontaria para a impossibilidade de uma única ação que desfaça todos padrões, inequidades, violências, preconceitos, que produzem morte. A cacografia foi traçada em nossos corpos, ao longo dos dias em que ocupávamos o Instituto de Psicologia e Assistência Social. Paulatinamente, marcávamos em nós a existência do outro, criando uma outra sensibilidade para olhar e enfrentar o cotidiano. Marcas que se reavivavam com as oficinas de pessoas externas à ocupação, ou por assuntos que geravam calorosas discussões, nas quais posicionamentos divergiam.

Como uma TAZ (Bey, 1985) que libera uma área de terra, fazendo-a viva, pulsante, eram essas discussões que afastavam o enrijecimento e homogeneização sempre iminente, nas quais passaríamos todos a concordar uns com os outros, estéreis em diferença, brutos em indiferença. A carne de uma TAZ, nesse sentido, era a própria carne de seus ocupantes, que encerraria juntamente com o último ocupante que parasse de arriscar a ir para além de si. O que fala da beleza germinal e da necessidade de desfazer a TAZ antes que isso ocorra, para que seus habitantes ainda vivos, se espalhem com seus germes e vírus inquietos, brotando outra TAZ, em outro Lugar.

Nessa cacofonia, reconhecemos pontos potenciais e desafios para militâncias à esquerda. Juntamente com Souza (2016) e Augusto (2016), percebemos que há algo de um insuportável cotidiano que reúne diferentes militâncias em um mesmo local, que diz respeito ao endurecimento da vida sem os espaços de zonas autônomas; onde não existe um outro além de mim mesmo e para além de mim mesmo. Insuportabilidade existencial que, seja nas manifestações de junho de 2013, seja nas ocupações de 2016, produziu algo de uma multidão “heterogênea, dispersa, complexa, multidirecional” (Pelbart, 2003, p. 85). Heterogeneidade que resiste às respostas enlatadas cotidianas e provoca-se a si mesma, estranhando quando uma esquerda quer produzir novos padrões, quando conclui que sua luta serve para todos, quando uma bandeira tenta se sobrepor às outras.

5.2 Mas para lutar, não é necessária uma “unidade” no movimento?

Nessa diferença que passa a habitar um “mesmo” espaço, que pode ser o espaço de luta contra a PEC, o espaço das ocupações, percebíamos entre os integrantes da *Ocupa*, algo que encarávamos como um problema, justamente relacionado com aquilo que era sua potência. A multidirecionalidade das manifestações, a “fragmentação” das lutas que estavam acontecendo, parecia perder uma “força objetiva”, qual um punho fraturado de um boxeador. Seus socos eram desferidos, mas não tinham os efeitos esperados (mudar algo na posição do governo). Estávamos “desorganizados”, dizíamos entre nós, os diversos movimentos que se opunham à PEC estavam desunidos. Íamos juntos à rua, mas parecíamos nos movimentar separadamente.

Queremos pensar essa “fratura” com dois momentos. O primeiro se passou em Porto Alegre, no dia 11 de novembro de 2016³⁰, em um ato público contra a PEC. Nesse dia, se reuniram cerca de 15 mil pessoas na Esquina Democrática³¹ e, entre as diversas bandeiras e manifestantes, estavam presentes muitas faixas das ocupações universitárias de Porto Alegre. O ato vibrava com a energia de diversos grupos e com suas palavras de ordem. Porém, ao chegar ao Largo Zumbi dos Palmares³², a multidão “estacionou” no que parecia um impasse sobre a continuidade da marcha até outro ponto, ou se a manifestação ficaria no Largo e ocuparia a

³⁰ Mais detalhes sobre as mobilizações deste dia em Porto Alegre podem ser encontradas em: <https://www.sul21.com.br/jornal/ato-reune-milhares-em-porto-alegre-e-mostra-estudantes-na-linha-de-frente-contra-pec-da-morte/>; <https://www.sul21.com.br/jornal/mobilizacao-contra-pec-dos-gastos-tem-diversos-atos-e-forte-repressao-da-bm/>

³¹ Tradicional espaço no centro histórico de Porto Alegre, no qual acontecem e é ponto de partida para diversas manifestações.

³² Outro tradicional ponto de manifestações, localizado no bairro Cidade Baixa, e que também é espaço de eventos, feiras, e atividades ao longo do ano.

avenida (Loureiro da Silva, ou, Primeira Perimetral) que ficava à sua frente. Não demorou muito para que a polícia militar começasse as suas “ações de dispersão” com o uso de bombas de gás e *sprays* de pimenta. Em vinte minutos as pessoas que durante horas haviam se reunido na Esquina Democrática, feito mais de uma hora de marcha e ocupado as imediações do Largo havia se dispersado, sem a necessidade de confronto direto com a polícia. Parecendo que entre os manifestantes não havia ímpeto combativo, ou que a mera possibilidade de um confronto era suficiente para desfazer a manifestação.

No segundo momento, nosso pesquisador-ocupante estava em Brasília, juntamente com participantes de ocupações de todo país, para nos manifestarmos contra a PEC no primeiro dia de sua votação no Senado Federal (29 de novembro de 2016). Combinamos, entre os vários movimentos, que andaríamos em fila, pelo Eixo Monumental (via que dá acesso ao Congresso Nacional), passando em frente a todos os prédios dos ministérios. Fila formada, permanecíamos parados, até percebermos que havia um impasse entre duas lideranças estudantis (de nenhuma ocupação) que se intitulavam responsáveis pela manifestação e que se recusavam a andar enquanto uma delas não concordasse que a outra estivesse na frente “encabeçando” o movimento. Lideranças que, apesar de terem levados seus manifestantes, não eram reconhecidas como “cabeças” das ocupações e que por tal “reconhecimento” atrasavam a manifestação. Após esse momento e em frente ao Congresso Nacional, nós nos encontrávamos, milhares de manifestantes, afastados por poucos policiais militares (comparado ao nosso número), do espaço de votação, das pessoas que defendiam a emenda constitucional que mobilizavam pessoas no país inteiro, 220 câmpus, trabalhadores de setores públicos e privados, estudantes secundaristas, sindicatos, entre outros, todos ali, a poucos metros de poder, no mínimo, tentar invadir o congresso para interromper a votação.

Fervia o sangue do militante-pesquisador ao imaginar aquelas pessoas se tornando um grande punho contra a barreira policial, arrebentando as portas do Congresso. Parecia-lhe tão simples, era como se fosse necessário apenas um gesto, planejado ou inesperado, no qual um lampejo de coragem e fúria costurasse, por um momento, aqueles corpos. Fundindo seus ossos, extinguindo as fraturas. Mas isso não acontecia. Por que não acontecia? Por que, afinal, estavam ali, 10, 15, 20, 30 mil pessoas? Por que os *sprays* de pimenta eram capazes de barrar tanta gente? Porém, no escalonamento da tensão entre militantes e policiais, reforços da segurança estatal foram chamados, iniciando-se novamente uma tática de dispersão, mais duradoura que em Porto Alegre, que perdurou durante horas até que o ato terminasse.

Era difícil para nós, enquanto militantes e ocupantes, ver tanta potência e força nos atos de rua, que evocavam em cada ato uma espécie de força mítica do povo (ouvida em 2013 com

“O gigante acordou!”), ser dispersada por algumas dúzias de policiais. Não fazia sentido ver que aquela multidão, que mesmo sem o equipamento bélico policial poderia sobrepujar seus bloqueios através de sua quantidade e um pouco de coordenação, ser dispersa com poucas bombas de gás.

Aproximamos essas cenas com a *Ocupa*, que se indagava sobre a falta de “unidade”, de uma univocidade, de uma só voz, em alguns momentos de manifestação, entre os vários movimentos presentes. Ou, mais delicadamente e mais próximo do que nos parecia o mínimo necessário, uma coordenação temporária nos atos, o que não expressaria necessariamente uma “liderança”, mas um pacto de ação e de um objetivo comum a ser alcançado. Quiçá esse é justamente o efeito da falta de um *telos* nestes movimentos, ou algum *telos* em comum que unisse a todos, no qual todos pudessem acreditar e reduzir suas diferenças a uma finalidade maior. Uma multidão, nos diria Pelbart (2003), que não se parece em nada com uma “massa”, “homogênea, compacta, contínua, unidirecional” (p. 85).

A cacofonia é, justamente, a dissonância entre a vibração dos vários sons. A sua potência está no rachar dos tímpanos, das estruturas harmoniosas. Se preferirmos em termos genealógicos, é um vulcão em ascendência no leito oceânico, colocando o território emergente em risco; não se sabe se ele está a ponto de ruir ou se o vulcão cuspirá ainda mais terra para a superfície (Foucault, 1979/2010). Caso alguma unidade pareça possível, talvez ela seja somente o efeito das altas temperaturas dos movimentos, no sentido que a PEC não é um fator em comum aos manifestantes, enquanto causa compartilhada, mas um turbilhão que faz com que tantos grupos se unam contra um insuportável. Nesse sentido, vamos ao encontro da percepção do Comitê Invisível (2014/2015), no que diz respeito ao que seriam essas coisas (como o aumento dos 20 centavos nas passagens de ônibus em 2013 e como a PEC em 2016) que parecem fazer surgir vários movimentos de resistência ao redor do mundo, nos últimos anos: “uma coisa não é a causa de outra, apenas o detonador”. É um curioso movimento que surge a partir de um acontecimento, que lhe serviu de catalisador, mas que não volta a sua atenção ou se organiza para combater aquele acontecimento. É, antes, como se um evento desacomodasse algo nos sujeitos, em grupos já constituídos e os colocasse em estado de agitação. Relembremos, apenas sete das 69 atividades da *Ocupa Psico e Serviço Social* voltavam sua atenção para a PEC, a sua inquietude desse cenário restrito, aproximando-se dos movimentos que o Comitê Invisível (2014/2015) observa:

A sublevação dura alguns dias ou alguns meses, conduz à queda do regime ou à ruína de todas as ilusões de paz social. Ela própria é anônima: sem líder, sem organização,

sem reivindicações, sem programa. As palavras de ordem, quando existem, parecem esgotar-se na negação da ordem existente, e são abruptas: “Bazem!”, “O povo quer a queda do sistema”, “Estamos-nos a cagar”... “Ocupa tudo!”³³. (p. 27-28)

Recebemos tal “fragmentação” com uma perspectiva mais animadora quando ouvimos de Augusto (2016) e Pelbart (2003) que há um perigo em estar disposto a negociar, seja com o governo, com o mercado ou qualquer outra coisa. Pois para que isso seja possível, é preciso que a multidão se torne massa. A massa, unidirecional, clara sobre seu objetivo, com suas reivindicações, é governável. Ela diz o seu preço, diz o que quer, quais são os termos para o fim de uma greve, o que é preciso para que se saia de algum lugar. Quando diz seu preço, a massa se põe a venda e começam as negociações que, por lógica de mercado, sempre procuram o melhor lucro-benefício para o lado com maior poder de barganha. Lembremos de greves trabalhistas que no fim da resistência negociam por migalhas, valores muito menores do que o seu próprio pedido inicial. Para a cacofônica multidão, haveria como oferecer algo para que se acalmasse? Ou ela como uma hidra³⁴, sempre teria cabeças que recusariam o prato oferecido?

É sobre o que nos alerta uma pichação em Oaxaca (estado mexicano): “querem obrigar-nos a governar, não vamos cair nessa provocação” (Comitê Invisível, 2014/2015, p. 26). Pelo que, por que, se luta nessas manifestações? Sonhávamos todos com um modelo de Estado em que estaríamos salvos? Perguntamo-nos enquanto militantes e pesquisadores, estaríamos, quando participamos de atividades de luta, suportando essa característica disjuntiva dos movimentos? Será que não queremos achar uma “cabeça” que possa governar essa multidão para um propósito?

Uma desafiadora postura militante para ser sustentada em tempos em que a certeza e a razão são produtos indicados à dieta dos sujeitos (Rolnik, 2015). Seríamos capazes de suportar o mal-estar que nos convoca a lutar, a negar o que é oferecido, sem rapidamente pressupor o nosso preço? Marx e Engels (1848/2001) alertam em seu manifesto que as políticas sociais podem ser apenas uma forma de manter as massas em uma torpe “administrabilidade”, sem de fato mudar as relações entre os sujeitos, o sistema de oprimido e opressor que estabelecem padrões de exploração e hierarquização, de ricos acima de pobres, homens que ordenam mulheres, chefes que humilham empregados, profissões que valem mais.

Enquanto escrevia o parágrafo acima o pesquisador-ocupante lembrou da sua condição: homem, branco, heterossexual, classe média. O que pode fazer com que em alguns pontos, em

³³ Nossa inclusão

³⁴ Animal mitológico com várias cabeças no mesmo corpo.

algumas pautas, para ele e tantos outros, seja realmente possível esperar para negociar, para governar. Mas também não queremos tomar essa possibilidade de esperar como algum privilégio, pois esperar para negociar, já é negociar. Não parece ser exatamente esse o ponto das insurreições de que trata o Comitê Invisível (2014/2015).

As insurreições parecem estar mais próximas ao mal-estar impronunciável da vida (Rolnik, 2015), explodido, provocado por algo que faz com que não seja possível a quietude de antes, a quietude encontrada nas palavras que podem expressar o que se passa com o corpo e dizer o que é que preciso para matar sua fome. Essa palavra, possibilidade de reestabelecer alguma ordem, alguma coerência, não cabem nas palavras de ordem (Comitê Invisível 2014/2015). Justamente por não haver uma voz única que pudesse costurar o corpo militante. A mídia, uma dissertação, ou um militante podem tentar dar uma forma “Frankenstein” ao que acontece, no sentido de nomear ou capturar o que sucede. Mas percebemos com Augusto (2016) e Pelbart (2003), que isso que acontece, que talvez devêssemos chamar de um “movimentar” e não de um “movimento”, desprende-se da unidade, quiçá, é justamente dessa “unidade Frankenstein” que as atuais formas de militância se afastam, rebeldes aos rótulos que tentam vestir um único uniforme.

Ao que pode parecer uma fragmentação da luta, dos movimentos de esquerda, não percebemos como uma fragmentação, pois essa pressuposição significaria crermos que existe uma luta originária, natural, maior, da esquerda. Que pode de fato existir em modalidades de direita ou esquerda partidária, assim como em outras militâncias que possuem uma causa para qual elaboram táticas para dela se aproximarem. Mas não seria a unidade um fetichismo que produziria novamente um padrão que afastaria, jogaria para a periferia, a vida em sua multiplicidade?

Nesse sentido, percebemos as ocupações como um espaço potente. Não por ser inexistente entre os ocupantes a existência de lutas pré-estabelecidas e uma certa concepção de que há uma certa linearidade ou hierarquia nas lutas a serem realizadas. Mas porque se ela puder suportar certas zonas autônomas ela parece ter, também, a possibilidade de acolher a multiplicidade de militâncias, das insurreições que se manifestam, criando um território de luta cacofônico.

5.3 Hora de abandonar o barco

Aproximando-nos das últimas páginas desse escrito temos um certo desejo de retomar uma perspectiva que “salvaria” as ocupações enquanto uma forma de militância ideal, que seria

capaz de combater infalivelmente os fascismos cotidianos que se encontram em formas de “fazer viver” e “deixar morrer”. De fato, seria agradável e confortante acreditar que possa haver uma forma de luta que somente produzirá “bons” resultados. Mas, o que seriam bons resultados?

Nesse sentido, temos em conta que durante nossas considerações sobre as ocupações e sua proximidade com as zonas autônomas e as insurreições destacamos principalmente os seus aspectos potentes que colocaram em questão o corpo padrão do pesquisador-militante e a positividade de um movimento “fragmentário”, cacofônico. Assim, é importante salientar que as ocupações foram ao longo do tempo se desgastando, até o momento que foi necessário o seu desmanchamento. Durante os 52 dias, o corpo do pesquisador-ocupante, mesmo tendo vivenciado momentos intensos, percebia aumentar o seu cansaço, a estabilização de uma certa rotina no seu dia a dia de ocupante que deixava de ser provocante, de lhe atirar a alma. Esse cansaço lhe causava a desagradável percepção de que o Estado poderia de fato ignorar as ocupações, pois elas perdiam sua força de resistência com o próprio tempo.

Com corpos cansados, a energia para manter uma TAZ se esvai, e a ocupação se transforma em outra coisa, em outra forma de ocupar. Ocupar e resistir exige corpos que não estejam anestesiados sobre seu próprio peso. Resistir à esquerda (Parnet, 1995) é delicada tarefa, pois exige reconhecer os endurecimentos da própria militância e perceber que ela pode ter caducado, que é hora de partir em busca de novas terras.

Em uma zona autônoma, “traidor” parece ser aquele que não pula fora do barco. Que supõe que há algum barco invencível. Deixemos que barcos afundem, não fiquemos presos aos seus mastros, como se aquela fosse a única embarcação na qual pudéssemos navegar. Como Hakim Bey (1985) aponta, já não existem terras livres para as quais alguma nau pudesse nos levar e onde poderíamos fundar um paraíso longe de qualquer Estado, de qualquer movimento que fosse capturar as TAZ. É necessário lutar dentro do próprio Estado, dentro do próprio mercado, dentro das próprias instituições de ensino, nas fábricas, nos sexos, nas cores. Ocupar, resistir, abandonar, ocupar novamente, resistir até o possível e abandonar uma outra vez. Ouçamos Preciado falar de tantos barcos já abandonados em favor de aventuras mais excitantes:

Parece que os gurus da velha Europa se obstinam ultimamente a querer explicar aos ativistas do movimento Occupy (Ocupar)³⁵, Indignados, handi-trans-gays-lésbicas-

³⁵ Tradução nossa. “Occupy” se refere às ocupações que acontecem em diversos países, mas que não constituem um movimento unificado, como é o caso das ocupações universitárias no Brasil.

intersex e postporn que não poderemos fazer a revolução porque não temos uma ideologia. Eles dizem “uma ideologia” como minha mãe dizia “um marido”. Pois bem, não precisamos nem de ideologia nem de marido. As novas feministas, não precisamos de marido porque não somos mulheres. Assim como não precisamos de ideologia porque não somos um povo. Nem comunismo nem liberalismo. Nem o refrão católico-muçulmano-judeu. Falamos uma outra linguagem. Eles dizem representação. Nós dizemos experimentação. Eles dizem identidade. Nós dizemos multidão. Eles dizem controlar a periferia. Nós dizemos mestiçar a cidade. Eles dizem dívida. Nós dizemos cooperação sexual e interdependência somática. Eles dizem capital humano. Nós dizemos aliança multi-espécies. Eles dizem carne de cavalo nos nossos pratos. Nós dizemos montemos nos cavalos para fugir juntos do abatedouro global. Eles dizem poder. Nós dizemos potência. Eles dizem integração. Nós dizemos código aberto. Eles dizem homem-mulher, Branco-Negro, humano-animal, homossexual-heterossexual, Israel-Palestina. Nós dizemos você sabe que teu aparelho de produção de verdade já não funciona mais. (2014)

Essa “ausência” de “um” modo de lutar coloca-se como tática de guerra cotidiana na qual não há um modo que possa salvar a militância e seus militantes, que a revolução não precisa de salvação. As bandeiras da pirataria militante (Bey, 1986) não respeitam a sacralidade de uma certa saúde mental, de uma certo homo, hétero ou trans sexualidade, de uma economia capitalista, comunista, neoliberal. A revolução sem um *telos* não gira em torno de pontos fixos nos mapas de navegação já existentes. Estamos fartos dos lugares conhecidos, dos produtos industrializados, das subjetividades vendidas em série. O corpo do pesquisador-militante reclama em seu diário: “‘Eu’ não é mais só um operador do seu desejo, mas de um outro(s) processo(s)”. Seja de forma temporária, após a qual se lançará novamente na sua experiência, branca, heterossexual, homem-macho, há algo que fratura a existência cotidiana e deixa a carne exposta a um mundo que nunca foi seu. Enquanto o ocupante-tripulante ainda estiver em carne viva, é hora de se lançar ao mar. Depois com seu corpo cansado da rotina, pode desistir de se arriscar, pode criar medo do mar. Assim, não deve parar de ocupar e de abandonar sua embarcação, sob o risco do risco de poder ser outro.

Quantos significados pode ter um “ocupar”. Ocupar e ocupar-se remetem ao preenchimento de um espaço, de tempo, de pensamento, de lugar, de trabalho. Ocupa-se um instituto, seus estudantes, seus funcionários. Ocupa-se um espaço público, ocupam-se direitos constitucionais, ocupa-se um semestre, bairros e ruas. Ocupa-se o tempo dos próprios ocupantes e daqueles forçados ou convidados a entrarem em contato com esse instante. Ocupa-se uma banca de mestrado e folhas em branco com tarefas de ler e escrever. Ocupam-se bandas de internet, postes de luz, folhetos, cidades e painéis que fazem comida para quem se aproxima do movimento. Ocupa-se sem saber tudo que será ocupado, até quando será ocupado. Somos convocados, impedidos e impelidos a ocupar, mesmo os espaços que já estão ocupados. (Trecho do diário do pesquisador)

Pensamos que a ocupação de tantos espaços, mas também o seu abandono fala de uma inquietação contemporânea. O Comitê Invisível (2014/2015) nos diz que já não cremos nas revoluções, de que a sua possibilidade tornou-se uma piada. Que para acreditarmos na sua possibilidade, precisaríamos de uma grande logística e organização de pessoas para que pudessemos cogitar, de fato, tomar permanentemente uma área de terra. Isso é, o tipo de revolução na qual o Comitê Invisível não entende como possível e crível atualmente é a revolução que é contra o Estado, com objetivo se apoderar dele. Há uma outra revolução, que ouvimos de Preciado (2014) e que opera no nível da “micropolítica”. Seu foco não está no estabelecimento de novas diretrizes, de novas normas, de novas formas de ser sujeito, mas sim na liberação da subjetividade para experimentar formas abertas de ser sujeito.

Tais revoluções moleculares (Guattari 1977/1985) puderam ser vividas em alguns momentos das ocupas, retirando seus participantes dos lugares comuns. Falamos em “alguns momentos” precisamente para explicitar que essa não era uma experiência constante, como a TAZ, é algo em movimento, em deslocamento. Pensamos no pesquisador-militante, no seu limite de disponibilidade para ver-se branco e seus efeitos, de colocar a sua sexualidade em jogo, de abrir mão da sua classe média, da sua posição de homem, do seu saber enquanto psicólogo.

Nesse sentido, pular fora do barco é uma experiência constantemente desafiadora para o militante. Pois ao permanecer a bordo, correria o risco de endurecer em suas lutas e criar novos padrões. Assim como também parece ser o local de onde disputam-se os modos de

Estado, as políticas subjetivas de “fazer viver”, de “deixar” ou não “morrer”. Pular fora do barco é lançar-se na experimentação subjetiva, sem um destino, sem um *telos*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que possamos concluir esse texto, gostaríamos de retomar a inquietação que nos levou a formular as duas perguntas acerca do *telos* na militância. Relembrando-as: “Há um *telos* na militância em tempos de biopoder?”; “Há necessidade de um *telos* para que a militância aconteça?”.

Lançamo-nos tais perguntas no início do texto ao observarmos o “fracasso” das ocupações em sensibilizar país e governantes (presidente, deputados federais e senadores) contra a aprovação da PEC, da Reforma do Ensino Médio e da Escola sem Partido. Tal fracasso era observado justamente ao avaliarmos os movimentos a partir de um *telos*, uma finalidade que teriam *a priori*. Uma compreensão simplificada do que foi produzido pelas manifestações, que baseada nesta lógica, permitiria apontar um “resultado”, entre fracasso e êxito, do movimento militante.

Essa preocupação que nos toma na condição de pesquisadores ressoa com o sentimento de insuportabilidade que leva as multidões às ruas e que também levou às ocupações das universidades. Como pesquisadores, trabalhadores e militantes em saúde mental, políticas públicas e cuidado em rede, ouvimos preocupados os atuais discursos midiáticos, do senso comum e mesmo de boa parte dos governantes recentemente eleitos de que o Estado está muito “grande”, apontando para uma tentativa de estabelecer um Estado Mínimo, onde o acesso aos recursos acontece exclusivamente a partir de transações financeiras. Nesse sentido, progressivamente se desmancha um Estado brasileiro que em 1988 com sua Constituição, com elementos de um Estado de Bem Estar, se propunha a olhar e minimizar as desigualdades da população a partir de políticas públicas redistributivas. Para além da questão financeira, percebemos a partir do biopoder, do “fazer viver” e do “deixar morrer” um estreitamento da própria possibilidade de existir e de produzir subjetividades que não estejam de acordo com um mercado de corpos dóceis, de identidades, cores, sexos, pensamentos padrão que tratam de atribuir valor comercial à própria vida. Como percebemos com Rolnik (2015), o próprio desejo, a possibilidade de criar formas de ser sujeito, é capturada por um imperativo de produzir novos padrões.

Nesse contexto, sentimos a urgência de lutas que possam fazer frente a este cenário de achatamento existencial e nos perguntamos pelo *telos* na militância. Se no cenário macropolítico a luta por mais direitos e por maior reconhecimento de vidas marginalizadas parece estar ameaçada, o que é que estaríamos, se é que estamos, produzindo dentro do campo da militância?

Se ainda há um *telos* na militância em tempos de biopoder, ele está ameaçado, nos diz o Comitê Invisível (2014/2015). Ao redor do mundo observa-se o descrédito do governo estatal como alternativa para cuidar da vida, assim como a tomada desse governo pelo povo também parece um sonho distante, essa antiga forma de Revolução. Radicalmente, afirmam que o próprio desejo de governar é colocado em questão, que governar é uma armadilha. Com isso, pensamos uma possível crise do próprio biopoder. Como lidaria o biopoder e um governo neoliberal com uma multidão que não diz seu preço? Que não tem uma direção e uma causa, que não luta por um outro “fazer viver”?

No Brasil, em 2013, como apontam Augusto (2016) e Souza (2016), já percebemos que nos movimentos de junho, apareciam elementos de ingovernabilidade. A multidão, mesmo com suas palavras de ordem, não produzia um consenso, não dizia seu preço e manifestava, antes de tudo, a insatisfação, a insuportabilidade. Algo do que reaparece em 2016 na “fragmentação da esquerda” e sua dificuldade de produzir alianças, pautas em comum, “uma voz”.

Pensamos ser cedo para afirmar que não estamos dispostos a governar, que entre nós manifestantes e acadêmicos não tenhamos as causas pelas quais lutamos e posicionamentos de como o Estado, seus recursos e como a própria população poderia ser melhor cuidada-governada-administrada. Não estamos, aqui, a militar contra a existência de uma militância com finalidades preestabelecidas. Apenas nos questionamos sobre o que produz essa multidão ingovernável, sua “falta” de consenso. Que pode ser interessante colocar-se este questionamento e a reflexão que ele propõe em alguns pontos do exercício da política, como a irreduzibilidade do movimento, a percepção de que há diversos grupos indignados...

Assim, poderíamos arriscar uma resposta a nossa primeira pergunta, com outra pergunta. Será que não há um *telos* na militância, justamente, quando ela se compõe com o biopoder? Queremos lançar e deixar em aberto tal indagação, deixando a suspeita de que a militância que se propõe a uma finalidade também pode estar se propondo a governar, a gerir de alguma forma a vida, “fazer viver”. Mas seria possível não haver algum governo na vida?

O que nos lança à segunda questão, acerca da necessidade de um *telos* na militância. Essa questão nos convida a retomar o próprio conceito de militância que desenvolvemos com Valverde (1986), com o qual ele costura a história com o “corpo político” de uma sociedade, fazendo do movimento uma prática (a ação organizada). Nesse sentido, tanto as ocupações como as manifestações nas ruas fazem-nos perguntar sobre o que seria a prática e a ação organizada de uma militância. Pois, se ambas forem tomadas como aquilo que decorre do planejamento estratégico, de um objetivo a ser alcançado, estaremos diminuindo seu efeito de insurreição e o potencial de mobilização das zonas autônomas.

Percebemos com a crise do corpo padrão do pesquisador-militante que há algo no encontro com o outro que faz sua teia cartográfica-genealógica se desfazer ao mesmo tempo em que se conecta e percebe a sua proximidade com um cotidiano que lhe era invisível. Com as ocupações vemos que provocar tensionamentos e colocar em questão ascendências e emergências também pode ter efeitos de uma multidão dissonante que ocupa o mesmo espaço. Que ocupar um espaço é ocupar-se e criar formas para lidar com vários inusitados: limpeza, organização; alimentação; segurança; acesso de professores e funcionários; relações com a reitoria, entre os estudantes; mobilizações de rua; reuniões e assembleias; estudos.

Vemos hoje as ocupações como espaços provocativos que podem produzir e sensibilizar uma militância que se faça como exercício crítico, reconhecendo o outro em si e liberando a subjetividade de suas relações normatizadoras, criando novas possibilidades de existência. Com Preciado (2014) e Hakim Bey (1985) pensamos que essas zonas potencializam a experimentação e o abandonar de navios. Esses espaços e essas experimentações não são a solução e a salvação para a militância, mas produzem possibilidades de vida provisórias que fazem frente a qualquer padrão existencial.

Poder olhar para a militância além de seu *telos* nos aproxima do questionamento dos seus efeitos, do que ela produz, daquilo que não costuma ser noticiado. Além do *telos* podemos nos dedicar a tentar perceber os seus efeitos micropolíticos, se ela libera e acolhe a inquietação da subjetividade ou se exige de seus militantes que sempre vistam as mesmas camisas e as mesmas cores.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (H. Burigo, Trad.). Belo Horizonte, MG: UFMG. (Original publicado em 1995)
- Asa (2009, fevereiro 16). Jailer (Arquivo de vídeo). Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=HIobCyXn2_o
- Augusto, A. (2016). Mais além do “contra o golpe”: subsídios para uma analítica do campo de luta. *ecopolítica*, 15, 56-78.
- Bey, H. (1985). *TAZ: Zona Autônoma Temporária* (P. Decia, & R. Resende, Trads.). Coletivo Sabotagem: Contra-Cultura. Recuperado de http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf
- Brasil. (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Brasil, Imprensa Nacional. (2016). Emenda Constitucional ° 94 (Diário Oficial da União ano CLIII, nº 241). Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/12/2016>
- Brasil, Imprensa Nacional. (2017). Lei ° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Diário Oficial da União ano CLIV, nº 35). Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>
- Brasil, Senado Federal. (2016). Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>
- Buarque, C. & Nascimento, M. (2013, julho 23). Cálice (Cale-se) (Arquivo de vídeo). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=RzlniinsBeY>

- Calle 13. (2014, março 6). Adentro (Arquivo de vídeo). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=HZ7mt30A6aY>
- Clastres, P. A. (2004). *Sociedade contra o Estado* (T. Santiago, Trad.). Coletivo Sabotagem. (Original publicado em 1974). Recuperado de <https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>
- Comitê Invisível. (2015). *Aos nossos amigos e amigas* (Edições Baratas, Trad.). Edições Baratas. (Original publicado em 2014). Recuperado de <https://we.riseup.net/assets/262783/AosNossosAmigos2014.pdf>
- Costa, L. A. (2016). Parecer de banca de qualificação de mestrado de Afonso Wenneker Roveda. Porto Alegre, RS: PPGPSI-UFRGS.
- Cunha, A. G. da. (1986). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira. (Original publicado em 1982)
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. P. Pelbart, Trad.). São Paulo, SP: Editora 34. (Original publicado em 1990)
- Deleuze, G. (2001). *Nietzsche e a Filosofia* (A. M. Magalhães, Trad.). Porto, Portugal: Rés-Editora. (Original publicado em 1962)
- Deleuze, G. (2006a). Causas e razões das ilhas desertas (L. B. L. Orlandi, Trad.). Em Orlandi, L. B. L. (Org.), *A ilha deserta: e outros textos* (17-22). São Paulo, SP: Iluminuras. (Original publicado em 2002)
- Deleuze, G. (2006b). Diferença e repetição (L. Orlandi & R. Machados, Trads.). São Paulo, SP: Graal. (Original publicado em 1968)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1) (A. G. Neto, & C. P. Costa, Trads.). São Paulo, SP: Editora 34, 1995. (Original publicado em 1980)

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3) (A. G. Neto; A. L., Oliveis; L. C., Leão, & S. Rolnik, Trads.). São Paulo, SP: Editora 34, 1995. (Original publicado em 1980)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5) (P. P. Pelbart, & J. Caiafa, Trads.) São Paulo, SP: Editora 34. (Original publicado em 1980)
- Dunker, C. I. L. (2016, novembro 8). A despolitização da política. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=b2IUzpsdgT0>
- Dunker, C. I. L., & Kyrillos, F. Neto. (2015). *Psicanálise e saúde mental. Doces Bárbaros* (Vol. 1). Porto Alegre, RS: Criação Humana.
- Ferreira, A. B. de H. (2004). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba, PR: Positivo.
- Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política, & Plataforma Política Social. (2016). *Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil*. São Paulo, SP. Recuperado de <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (M. T. da C. Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque). Rio de Janeiro, RJ: Graal. (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (1991). *Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista* (C. Bello, Trad.). Em C. H. Escobar (Org.), *Dossier Deleuze* (pp. 81-84). Rio de Janeiro, RJ: Hólon. (Original publicado em 1977)
- Foucault, M. (1995). *O Sujeito e o Poder* (V. P. Carrero, Trad.). Em H. L. Dreyfus, & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (pp. 231-249). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Original publicado em 1982)

- Foucault, M. (1999). Aula de 17 de março de 1976 (M. E. Galvão, Trad.). Em Foucault, M., *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1997)
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad. e Org.). Rio de Janeiro, RJ: Graal. (Original publicado em 1979)
- G1. (2017, junho 24). Datafolha: aprovação do governo de Michel Temer cai para 7%. G1. Recuperado de <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/datafolha-aprovacao-do-governo-de-michel-temer-cai-para-7.html>
- Gabriel, o Pensador. (2013, julho 9). Até Quando? (Arquivo de vídeo). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=atXuxbc7zZk>
- Giacoina, O. Jr. (2014). Nietzsche: o humano como memória e como promessa. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guattari, F. (1985). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, SP: Brasiliense. (Original publicado em 1977)
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 3º Vara Federal de Santa Maria. (2016). REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE Nº 5010791-66.2016.4.04.7102/RS. Recuperado de <http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/uploads/2a62c708-386b-4937-9740-6bf150e3f93e.pdf>
- Legião Urbana. (2009, março 10). Baader-Meinhof Blues (Arquivo de vídeo). Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=QT0-ZX_e83E

- Linhares, J. (2016, abril 18). Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Veja. Recuperado de <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/#>
- Lourau, R. (2004). Implicação e sobreimplicação (A. P. J. de Melo, Trad.). Em Altoé, S. (Org.), René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral (pp. 186-198). São Paulo, SP: HUCITEC. (Original publicado em 1990)
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista* (S. T. B. Cassal, Trad.). Porto Alegre, RS: L&PM. (Original publicado em 1848)
- Nicola, A. (1998). Dicionário de filosofia (A. Bosi, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Ocupa Psico e Serviço Social. (2016). Nota pública da Ocupa Psico e Serviço Social UFRGS (1 de novembro). Recuperado de <https://www.facebook.com/ocupaufrgs/posts/188902451562304>
- Parnet, C. (Roteirista) Boutang, P., & Pamart, M. (Diretores). (1995). G comme gauche. Em Sodaperaga Productions (Produtora), Femis, La (Coprodutora), *L'Abécédaire de Gilles Deleuze*. França: Canal Arte.
- Passetti, E. (2013). Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Ecopolítica*, 5, 2-37.
- Passos, E.; Kastrup, V., & Escóssia, L (Orgs.). (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Pelbart, P. P. (1990). Manicômio mental: a outra face da clausura. Em Lancetti, A. (Org.), *Sáúdeloucura 2* (pp. 130-138). São Paulo, SP: Hucitec.
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de Biopolítica*. São Paulo, SP: Iluminuras.
- Pelbart, P. P. (2008, outubro). *Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica*. Conferência apresentada no Ciclo temático "O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão", São Paulo, SP. Recuperado de <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>

- Pelbart, P. P. (2009). *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo, SP: Iluminuras.
- Pelbart, P. P. (2013). *O avesso do niilismo – cartografias do esgotamento*. São Paulo, SP: Editora n-1.
- Plebe Rude. (2012, setembro 25). Até quando esperar (Arquivo de vídeo). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=4FqhorPvSEQ>
- Preciado, P. (2014) Nós dizemos revolução (B. Szaniecki, Trad.). Recuperado de <https://machinedeleuze.wordpress.com/2014/08/16/beatriz-preciado-ns-dizemos-revoluo/>
- Rolnik, S. (1993) Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de subjetividade*, 1(2), 241-251.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempo de globalização. Em *Cultura e Subjetividade: Saberes Nômades* (Lins, D., Org.). Campinas, SP: Papirus. pp. 19-24. Recuperado de http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/viciados_em_identidade.pdf
- Rolnik, S. (2003, maio). “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. Conferência proferida no simpósio Corpo, Arte e Clínica do PPGPSI-UFRGS, Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf>
- Rolnik, S. (2015). A hora da micropolítica (M. Kegler, Trad.). Entrevistada por A. F. Polancos & A. Pradel. Recuperado de <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>
- Santos, B. de S. (2002). Em defesa das Políticas Sociais. Caderno Ideação – Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível. 1º Seminário Balanço e perspectivas das Políticas Sociais no Cenário Mundial Atual. (Parte 1).

- Santos, B. de S. (2017, fevereiro 1-14, quinzenal). O problema do passado é não passar: nos cem anos da Revolução Russa. *Jornal de Letras*. Recuperado de <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santos-article-on-the-hundred-years-of-the-russian-revolution/?lang=pt>
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002/7778>
- Simone, N. (2013, janeiro 22). Revolution (Arquivo de vídeo). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=H4f3yIFOm88>
- Souza, A. de M. P. de. (2016). *Modulações militantes por uma vida não fascista* (Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Recuperado de https://issuu.com/alicedemarchi/docs/tese_alice_final_fonte_cb97d720b37580
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. (2016, dezembro 22). Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista. UBES. Recuperado de <http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/>
- Valverde, M. E. G. de. (1986). *Militância e Poder* (Balizas para uma genealogia da militância (Dissertação de mestrado, Unicamp. Recuperado de <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278998/1/Valverde,%20Monclar%20Eduardo%20Goes%20de%20Lima.pdf>
- Vasconcelos, M. F. F., & Paulon, S. M. (2014). Instituição militância em análise: a (sobre)implicação de trabalhadores na reforma psiquiátrica brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. esp.), 222-234.
- Veiga-Neto, A. (2011) *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Original publicado em 2003)

Vieira, P. P. (2010). Foucault, os cínicos e a militância revolucionária. Em Encontro Regional de História: História e Liberdade, Anais do ANPUH/SP 2010 (Sem paginação).

Franca. Recuperado de

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Priscila%20Piazentini%20Vieira.pdf>